

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Compliance e Direitos Sociais

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121803

Professora: Dra. Laís Machado Lucas

EMENTA

Análise econômica do direito e contexto empresarial, com noções básicas acerca da teoria econômica da empresa e a perspectiva dos custos de transação. Direito do trabalho e economia, o contrato de trabalho sob a perspectiva de análise da assimetria informacional, custos de agência, risco moral, seleção adversa e sinalização. O efeito de aprisionamento contratual (contractual hold-up) e a relação de trabalho. Economia comportamental e vieses cognitivos aplicados ao contrato de trabalho. Análise de custo-benefício, a efetivação de programas de compliance trabalhista e o halo effect.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A Teoria da Fraude Empresarial. Perfil do Fraudador. A autorregulação do mercado em matéria de ética empresarial: o surgimento da Governança Corporativa. O Compliance como instituto originário do Direito Penal e Direito Administrativo. Empresa e Compliance. Teoria Institucionalista e Teoria Contratualista. Incentivos para a adoção de Programas de Integridade: heterorresponsabilidade e culpabilidade própria. Efetividade dos Programas de Integridade.

OBJETIVOS

- a) Compreender os dilemas éticos e os empecilhos a uma conduta de conformidade na atividade empresarial;
- b) Analisar, sob a perspectiva da teoria econômica, os (des)incentivos para uma conduta de conformidade;
- c) Identificar quem são os impactados (prejudicados e beneficiados pelo cometimento de fraudes empresariais);
- d) Entender os papéis do Estado e da iniciativa privada na promoção da ética e conformidade;
- e) Identificar a contribuição do “compliance” para o desenvolvimento e concreção dos Direitos Sociais.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BORJAS, George. **Economia do trabalho**. Trad. R. Brian Taylor. Rev. téc. Giacomo Balbinotto Neto. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.
- BRAGA NETTO, Felipe Peixoto; SILVA, Michael César; THIBAU, Vinícius Lott (coord.). **O Direito Privado e o novo Código de Processo Civil: repercussões, diálogos e tendências**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.
- CAVALLI, Cassio. **Empresa, direito e economia**. São Paulo: Saraiva, 2014.
- COASE, R. H. **The firm, the market and the law**. [S. l.]: The University of Chicago Press, 1990.
- COIMBRA, Marcelo de; MANZI, Vanessa A. **Manual de compliance: preservando a boa governança e integridade das organizações**. São Paulo: Atlas, 2010.
- COOTER, Robert D.; UELEN, Thomas. **Direito e economia**. Porto Alegre: Bookmann, 2010.
- EASTERBROOK, F. **The economic structure of corporate law**. Cambridge, United States: Harvard University Press, 1996.
- GORGA, Érica. **Direito societário atual**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- KRAAKMAN, Reiner *et al.* **The anatomy of corporate law: a comparative and functional approach**. Oxford: Oxford University, 2000.
- MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do direito**. São Paulo, Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ABRAHAM, Marcus. **Manual de auditoria jurídica: legal due diligence: uma visão multidisciplinar no direito empresarial brasileiro**. Rio de Janeiro: Quartier Latin, 2007.
- ARAÚJO, Fernando. **Análise econômica do direito, programa e guia de estudo**. [S. l.]: Almedina, 2008.
- ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. **Revista de Direito Mercantil**, São Paulo, n. 104, p. 108-126, out./dez. 1996.
- BAINBRIDGE, Stephen M. **Corporate governance after the financial crisis**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.
- CRETILLA NETO, José. **Empresa transnacional e direito internacional: exame do tema à luz da globalização**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa**. 3. ed. São Paulo: RT, 2010.
- HEINEN, Juliano. **Comentários à Lei Anticorrupção – Lei 12.846/2015**. Belo Horizonte: Fórum, 2015.
- NORTH, Douglass C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. [S. l.]: Instituto Liberal, 2002.
- PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, economia e mercados**. São Paulo: Campus, 2005.
- POSNER, Richard A. **Economic analysis of law: aspen law**. 8th ed. [S. l.]: Wolters Kluwer, 2005.
- SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. **Governança corporativa no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- SZTAJN, Rachel. **Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados**. São Paulo: Atlas, 2004.

SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio; **Direito, economia e organizações**. [S. l.]: Campus, 2005.

YAZBEK, Otavio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. 2. ed. [S. l.]: Elsevier, 2008.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios Nível:

Disciplina: Contratos

Semestre: 2021/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112150

Professores: Dr. Fabiano Koff Coulon

EMENTA

Estudo do instituto jurídico “contrato” mediante a análise dos pressupostos teóricos que o fundamentam. Princípios incidentes em matéria contratual; sua formação e responsabilidade pré-contratual. Principais espécies contratuais. Disciplina dos contratos e sua repercussão econômica (análise econômica do contrato). Conexidade e catividade contratual. Contratos de consumo, empresariais e internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Formalismo e funcionalismo no direito dos contratos.
- Análise econômica dos contratos: assimetria de informações, risco moral (moral hazard), seleção adversa (adverse selection) e sinalização.
- Princípios de direito obrigacional/contratual: autonomia privada, boa-fé objetiva, equilíbrio e função social.
- Formação dos contratos.
- Interpretação dos contratos civis, empresariais, de consumo e internacionais.
- Responsabilidade civil e contratos.
- Tipicidade, atipicidade e espécies contratuais.

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, o que requer frequência, engajamento efetivo nas discussões e apresentação oral de leituras prévias efetivadas sobre os temas dos seminários (10% da nota final); 2. participação efetiva na apresentação do respectivo seminário temático (40% da nota final); 3. entrega pontual e qualidade do artigo final (50% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Fernando. **Teoria econômica do contrato**. Coimbra: Almedina, 2007.

CATALAN, Marcos *et al.* **Direito dos contratos**. São Paulo: RT, 2008.

- COASE, Ronald H. **The firm, the market and the law**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- COUTO E SILVA, Clóvis. **A obrigação como processo**. São Paulo: Bushatsky, 1976.
- FORGIONI, Paula A. **Teoria geral dos contratos empresariais**. São Paulo: RT, 2010.
- ROPPO, Enzo. **O contrato**. Tradução de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 2009.
- TIMM, Luciano Benetti (org.). **Direito e economia no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012.
- TIMM, Luciano Benetti. **Direito contratual brasileiro: críticas e alternativas ao solidarismo jurídico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- WEINRIB, Ernest J. **The idea of private law**. Cambridge: Harvard University 1995.
- WILLIAMSON, Oliver E. **The economic institutions of capitalism**. New York: Free Press, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor: resolução**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Aide, 2003.
- AMARAL NETO, Francisco dos Santos. **A autonomia privada como princípio fundamental da ordem jurídica perspectivas estrutural e funcional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. (Doutrinas Essenciais de Direito Civil, 2).
- BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **Função social dos contratos: interpretação à luz do Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- DRESCH, Rafael de Freitas Valle. **Fundamentos do direito privado: uma teoria da justiça e da dignidade humana**. São Paulo: Atlas, 2013.
- FORGIONI, Paula A. Integração dos contratos empresariais: lacunas, atuação dos julgadores, boa-fé e seus limites. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 45, p. 229-244, 2015.
- FURUBOTN, Erik G.; RICHTER, Rudolf. **Institutions & economic theory: the contribution of the new institutional economics**. 2nd ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.
- GORDLEY, James. **Foundations of private law: property, tort, contract, unjust enrichment**. New York: Oxford University Press, 2006.
- HAYEK, Friedrich A. **Individualism and economic order**. Chicago: University of Chicago Press, 1948.
- JENSEN, Michael. **Foundations of organizational strategy**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Contratos relacionais e defesa do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no código de defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais**. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**. São Paulo: RT, 2000.
- NEGREIROS, Teresa. **Teoria do contrato: novos paradigmas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- RODRIGUEZ, José Rodrigo; SALAMA, Bruno Meyerhof. **Para que serve o direito contratual? direito, sociedade e economia**. São Paulo: Direito GV, 2014.
- SILVA, Luis Renato Ferreira da. **Reciprocidade e contrato**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito e Processo do Trabalho na Contemporaneidade 4.0

Ano/Semestre: 2021/2

Nível: Mestrado

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito Código da
disciplina: 121801 Professor:
Guilherme Wunsch

EMENTA

Estudo das obras de Alain Supiot relacionados ao entrelaçamento entre a criação do homem jurídico, os direitos fundamentais e o discurso econômico. Análise horizontal do direito e as influências do poder do capitalismo nas transformações da sociedade, do comportamento dos indivíduos e da própria função do Direito do Trabalho ao longo do tempo, com vistas à construção do novo jurista mediante uma análise do futuro das relações de trabalho. A pessoa como sujeito do Direito do Trabalho. O Processo do Trabalho na Era Tecnológica. Provas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Revisão crítica do Direito do Trabalho na Contemporaneidade. Disrupção dos modelos de trabalho e desafios empresariais. Trabalho e Capital. Trabalho e Sociedade. Negociações Coletivas e Perfis Empresariais e Sindicais. Autonomia Privada e sua Releitura no Direito do Trabalho Contemporâneo. Flexibilização, Desregulamentação e Terceirização. Relações de Trabalho e Sociedade do Consumo. Saúde do Trabalhador. A questão Psíquica da Saúde do Trabalhador. Trabalho e Sofrimento. Empregabilidade, crise e futuro das relações de trabalho. Caminhos para uma nova significação do Direito do Trabalho.

OBJETIVOS

- a) Revisar, criticamente, os institutos materiais e processuais trabalhistas;
- b) Efetuar pesquisas aplicadas no contemporâneo contexto da empregabilidade no Brasil;
- c) Compreender o a relação entre trabalho e consumo, no contexto disruptivo das relações trabalhistas modernas.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades



desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- ARCE, Juan Carlos. **Derecho del trabajo y crisis económica**: la invención de porvenir. [S. l.]: Aranzadi, 2013.
- BENITO, Santos Miguel Ruesga (coord.). **Reformas laborales en la gran recesión**. Valencia: Tirant to Blanch, 2016.
- CARNOY, Martin. **El trabajo flexible em la era de la información**. [S. l.]: Alianza Editorial, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós industrial. Brasília, D. F.: Editora da UNB, 1999.
- DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. Oboré: São Paulo, 1993.
- DEJOURS, Christophe; BÈGUE, Florence. **Trabajo y suicidio**. Madrid: Modus Laborandi, 2010.
- KON, Anita. **A economia do trabalho**: qualificação e segmentação no Brasil. Rio de Janeiro: Altabooks, 2016.
- MELO, Sandro Nahmias; RODRIGUES, Karen Rosendo de Almeida Leite. **Direito à desconexão do trabalho com análise crítica da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017)**: teletrabalho, novas tecnologias e dano existencial. São Paulo: LTr, 2018.
- MUÑIZ, Javier Fernández-Costales. **Estudios sobre las últimas reformas laborales**: efectos de la crisis em el derecho del trabajo. [S. l.]: Eolas Ediciones, 2011.
- OLEA, Manuel Alonso. **El trabajo como bien escasso y la reforma de su mercado**. [S. l.]: Civitas, 1995.
- PORTO, Ederson Garin. **Manual jurídico da startup**: como criar e desenvolver projetos inovadores com segurança. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.
- RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo. São Paulo: M. Books, 2004.
- SUPIOT, Alain. **Crítica do direito do trabalho**. [S. l.]: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- SUPIOT, Alain. **Homo juridicus**: ensaio sobre a função antropológica do Direito. [S. l.]: Martins Fontes, 2007.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito e Processo Penal Econômico-Empresarial e o Papel dos *Compliance Programs*

Ano/Semestre: 2021/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112157

Professor: Francis Rafael Beck

EMENTA

A intervenção Penal do Estado na regulação da atividade empresarial. A expansão do Direito Penal diante da sociedade globalizada. As condutas delitivas decorrentes de atividade econômicas e empresariais, seus reflexos na sociedade e no mercado. O risco juridicamente tolerado dentro de atividades financeiras. Os critérios para delimitação do risco na atividade empresarial. Os reflexos das normativas penais internacionais e sua repercussão no Direito Penal brasileiro. Investigação Criminal e Medidas Cautelares Pessoais e Reais no Direito Penal Econômico-Empresarial. As medidas cautelares pessoais e a afetação do processo, da ordem pública e da ordem econômica. Atos de investigação, atos de prova e a intimidade no processo penal econômico-empresarial. Compliance program criminal, gestão do risco pessoal e patrimonial, medidas assecuratórias e confisco. Direito premial e delação. O nemo tenetur se detegere, a proporcionalidade, prova ilícita, inevitable discovery, independent source e os limites processuais e constitucionais do agir estatal no processo penal econômico e empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Direito Penal contemporâneo – globalização, sociedade do risco e expansão do direito penal.
- Direito Penal Econômico e *white-collar crime*.
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem tributária.
- Crimes contra a ordem previdenciária.
- Contrabando e descaminho.
- Lei 9.613/1998 – Crimes de lavagem de dinheiro.
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem econômica.
- Lei 7.492/1986 – Crimes contra o sistema financeiro nacional.
- Corrupção.
- Lei 12.850/2013 – Organizações criminosas.
- Investigação e processo penal no Direito Penal Econômico-Empresarial.
- Cooperação jurídica internacional.
- Acordo de leniência e colaboração premiada.
- *Compliance programs* e *criminal compliance*.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada mediante participação em seminários, bem como elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Crimes federais**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- COIMBRA, Marcelo de Aguiar; MANZI, Vanessa Alessi (org.). **Manual de compliance: preservando a boa governança e a integridade das organizações**. São Paulo: Atlas, 2010.
- COSTA, José Faria (coord.). **Temas de direito penal econômico**. Coimbra: Coimbra, 2005.
- KUHLEN, Lothar; MONTIEL, Juan Pablo; URBINA GIMENO (org.). **Compliance y teoría del derecho penal**. Madri: Marcial Pons, 2013.
- SALGADO, Daniel de Resende; QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro (org.). **A prova no enfrentamento à macrocriminalidade**. Salvador: Juspodivm, 2015.
- SCHMIDT, Andrei Zenkner. **Direito penal econômico: parte geral**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.
- SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. **A expansão do direito penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- TIEDEMANN, Klaus. **Derecho penal económico: introducción y parte general**. Lima: Grijley, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALLER, Germán. **Criminalidad del poder económico: ciência y práxis**. Buenos Aires: Editorial Bdef, 2011.
- BOTTINO, Thiago; MALAN, Diogo. **Direito penal e economia**. Rio de Janeiro: Elsevier: FGV, 2012.
- CALLEGARI, André Luís; WEBER, Ariel Barazzetti. **Lavagem de dinheiro**: São Paulo: Atlas, 2014.
- CAVERO, Percy García. **Criminal compliance**. Lima: Palestra, 2014.
- CERVINI, Raúl; ADRIASOLA, Gabriel. **Responsabilidade penal dos profissionais jurídicos: os limites entre a prática jurídico-notarial lícita e a participação criminal**. São Paulo: RT, 2013.
- DE CARLI, Carla Veríssimo (org.). **Lavagem de dinheiro: prevenção e controle penal**. 2. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013.
- DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. **La política criminal en la encrucijada**. Buenos Aires: Bdef, 2007.
- GÓMEZ-JARA DÍEZ, Carlos. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica: teoria do crimes para pessoas jurídicas**. São Paulo: Atlas, 2015.
- MANN, Kenneth. **Defendig white collar crime: a portrait of attorneys at work**. New Haven: Yale University Press, 1985.
- SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. **Libertad económica o fraudes punibles: riesgos penalmente relevantes e irrelevantes en la actividad económico-empresarial**. Madrid: Marcial Pons, 2003.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direitos Fundamentais e Sociais na Era da Inovação Tecnológica

Ano/Semestre: 2021/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121796

Professor: Guilherme Wunsch

EMENTA

As crises de Estado e seus reflexos no sistema de Capital. Neoliberalismo e mundo do trabalho. O ser humano como elemento central do trabalho. Direitos Fundamentais no Brasil. Os Direitos Humanos como elemento qualificador da Inovação tecnológica. O homem e a técnica. Cultura empresarial tecnológica na Sociedade 5.0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Crises de Estado. Direitos Fundamentais no Brasil. Direitos Humanos. Inovação tecnológica. O homem e a técnica. Cultura empresarial tecnológica. Sociedade 5.0. Evolução histórica. Fontes materiais e formais. Princípios. Hermenêutica trabalhista. Direitos fundamentais e relação de emprego. Eficácia das normas constitucionais e diálogo com as fontes internacionais de proteção ao trabalho. As Convenções da OIT e o movimento paredista. 2013 e a volta da greve de solidariedade. O diálogo dos movimentos coletivos com as entidades sindicais. O Poder Judiciário e a greve: análise de decisões judiciais. Despedida coletiva como elemento de resistência coletiva. Perspectivas. Análise dos parágrafos segundo e terceiro do art. 5º da CF e das decisões do STF/TST sobre aplicação. O caso da Convenção 158 da OIT.

OBJETIVOS

- a) Compreender os impactos da evolução tecnológica na efetivação dos direitos sociais e fundamentais.
- b) Estudar as novas relações sociais, na denominada sociedade 5.0, e a sua influência no Direito do Trabalho e Previdenciário.
- c) Refletir acerca do desenvolvimento empresarial a partir de uma cultura tecnológica.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em

sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- GALVÃO, Jorge. **O neoconstitucionalismo e o fim do estado de direito**. [S. l.]: Saraiva, 2013.
- GUERRA, Sidney. **Direitos humanos: na ordem jurídica internacional e reflexos na ordem constitucional brasileira**. 2. ed. [S. l.]: Atlas, 2014.
- HARTLEY, Scott. **O fuzzy e o techne: por que as ciências humanas vão dominar o mundo digital**. São Paulo: BEI Comunicação, 2017.
- PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 14. ed. [S. l.]: Saraiva, 2013.
- SEVERO, Valdete Souto. Garantia de manutenção no emprego: condição de possibilidade da verdadeira negociação coletiva. **Cadernos da Amatra 4**, Porto Alegre, 9. ed., out./dez. 2008. Acesso em 19/11/2021.
- SEVERO, Valdete Souto. Garantia de manutenção no emprego: condição de possibilidade da verdadeira negociação coletiva. **Revista eletrônica: acórdãos, sentenças, ementas, artigos e informações**, Porto Alegre, v. 5, n. 80, p. 92-103, jul. 2009. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/80395>. Acesso em 19/11/2021.
- SEVERO, Valdete Souto. **O dever de motivar a despedida: argumentos para uma lógica comprometida com a ordem constitucional vigente**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.
- SOUTO, Jorge Luiz, Maior. A convenção nº 158 da OIT e a perda do emprego. **Jornal Trabalhista Consulex**, Brasília, DF, n. 1248, 17 nov. 2008.
- SOUTO, Jorge Luiz, Maior. Ainda o abuso das dispensas coletivas. *In*: SOUTO, Jorge Luiz, Maior. Blog Jorge Souto Maior. Disponível em: <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/ainda-o-abuso-das-dispensas-coletivas>. Acesso em: 26 out. 2020.
- SOUTO, Jorge Luiz, Maior. **Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2011. v. 1, pt. 1.
- SOUTO, Jorge Luiz, Maior. **Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2017. v. 1; pt. 2.
- SOUTO, Jorge Luiz, Maior. O abuso das dispensas coletivas e a reação corretiva do Direito do Trabalho. *In*: SOUTO, Jorge Luiz, Maior. **Blog Jorge Souto Maior**. Disponível em: <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/o-abuso-das-dispensas-coletivas-e-a-reacao-corretiva-do-direito-do-trabalho>. Acesso em: 26 out. 2020.
- VIANA, Márcio Túlio. Trabalhador sem medo - alguns argumentos em defesa da convenção n.158 da OIT. **Revista LTr: Legislação do Trabalho**, São Paulo, v. 72, n. 4, p. 438-443, abr. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AROUCA, José Carlos. A convenção n. 158 e as dispensas coletivas. **Revista Justiça do Trabalho**, [s. l.], n. 291, mar. 2008.
- BAYLOS, Antonio; PÉREZ REY, Joaquín. **El despido o la violencia del poder privado**. Madrid: Editorial Trotta, 2009.
- CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz *et al.* **Comentários à Constituição do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

- EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FERRAZ HAZAN, Ellen Mara. **Da greve ao locaute**: contribuições para a luta coletiva. Belo Horizonte: RTM, 2016.
- GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- MACIEL, José Alberto Couto. Vigência da Convenção nº 158 da OIT. **Trabalho & doutrina**, São Paulo, n. 11, p. 20-23, dez. 1996.
- MARTINS, José, Catharino. **Em defesa da estabilidade**. São Paulo: LTr, 1966.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MORAES FILHO, Evaristo de. **Tratado elementar de direito do trabalho**. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1960. v. 1.
- PAIXAO, Cristiano; LOURENCO FILHO, Ricardo. A greve e sua conformação pelo TST: desvelando mentalidades. *In*: FERNANDES, Grijalbo *et al.* (coord.). **O mundo do trabalho**: leituras críticas da jurisprudência do TST: em defesa do direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2009. p. 65-76. v. 1.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil**. 1889-1930: documentos: o movimento operário. São Paulo: FUNCAMP, 1979. v. 1.
- SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (org.). **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- SEGATTO, José Antônio. **A formação da classe operária no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Empresa, Economia e Desenvolvimento

Ano/Semestre: 2021/2 **Carga**

horária: 30 horas/aula **Créditos:** 2
créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina:112149

Professor: Manoel Gustavo Neubarth Trindade

EMENTA

Aspectos estruturantes do Direito de Empresa. A realidade jurídica das sociedades contempladas no Código Civil e na legislação esparsa empresarial, notadamente a Sociedade por Ações. O fenômeno da internacionalização de sociedades empresárias brasileiras: necessidade de posicionamento global, adequação jurídica da estrutura societária e padrões escriturais internacionais. A importância dos acordos de acionistas como meio de prevenir conflitos. A administração com base nas boas práticas de governança corporativa. Análise do direito societário à luz da legislação e jurisprudência de alguns Estados estrangeiros. Tratados aplicáveis às sociedades e a algumas de suas transações internacionais. Análise dos principais temas relacionados à clássica teoria geral do Direito Comercial, a partir da unificação do direito privado e das relações entre Direito e economia. Estudo das principais características dos tipos societários previstos no direito brasileiro, com ênfase nas sociedades limitadas e nas sociedades anônimas. Exame dos principais atos e operações societárias tais como fusões, aquisições, formação de joint ventures e de consórcios.

AVALIAÇÃO

Participação em aula, participação nos seminários, fichas de leitura e prova com consulta e/ou artigo científico para publicação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALLI, Cassio. **Empresa, direito e economia**. São Paulo: Saraiva, 2014.

COASE, R. H. **The firm, the market and the law**. [S. l.]: The University of Chicago Press, 1990.

COOTER, Robert D.; UELEN, Thomas. **Direito e economia**. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

EASTERBROOK, F. **The economic structure of corporate law**. Cambridge, United States: Harvard University Press, 1996.

KRAAKMAN, Reiner *et al.* **The anatomy of corporate law: a comparative and functional approach**. Oxford: Oxford University, 2000.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do direito**. São Paulo, Atlas, 2014.

NORTH, Douglass C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. [S. l.]: Instituto Liberal, 2002.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, economia e mercados**. São Paulo: Campus, 2005.
SZTAJN, Rachel. **Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados**. São Paulo: Atlas, 2004.
SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio; **Direito, economia e organizações**. [S. l.]: Campus, 2005.
YAZBEK, Otavio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. 2. ed. [S. l.]: Elsevier, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Fernando. **Análise econômica do direito, programa e guia de estudo**. [S. l.]: Almedina, 2008.
ASCARELLI, Tullio. **Panorama do direito comercial**. São Paulo: Saraiva e Cia, 1947.
ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. **Revista de Direito Mercantil**, São Paulo, n. 104, p. 108-126, out./dez. 1996.
BAINBRIDGE, Stephen M. **Corporate governance after the financial crisis**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.
CRETILLA NETO, José. **Empresa transnacional e direito internacional: exame do tema à luz da globalização**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa**. 3. ed. São Paulo: RT, 2010.
MENDONÇA, J. X. Carvalho de. **Tratado de direito comercial brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1945. v. 1.
POLINSKY, A. Mitchell. **An introduction to law and economics**. 3rd ed. New York: Aspen Publishers, 2003.
POSNER, Richard A. **Economic analysis of law: aspen law**. 8th ed. [S. l.]: Wolters Kluwer, 2005.
POSNER, Richard A. **How judges think**. [S. l.]: Harvard University Press, 2008.
SHAVELL, Steven. **Economic analysis of law**. [S. l.]: Foundation Press, 2004.
SHAVELL, Steven. **Foundations of economic analysis of law**. [S. l.]: Harvard University Press, 2004.
VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Malheiros, 2004. v. 1.
VIVANTE, Cesare. **Trattato di diritto commerciale**. 5. ed. Milano: Dottor Francesco Vallardi, 1934. v. 1.
WILLIAMSON, Oliver E. **The economics institutions of capitalism**. [S. l.]: Free Press, 1985.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Contratos Internacionais

Ano/Semestre: 2021/2

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121800

Professora: Dra. Luciane Klein Vieira

EMENTA

Teoria geral dos contratos internacionais. As principais cláusulas contratuais. Os contratos internacionais no Direito Internacional Privado brasileiro. A harmonização legislativa em matéria contratual na União Europeia e no MERCOSUL. O *Soft Law* e as regras da Câmara de Comércio Internacional, com especial ênfase aos INCOTERMS. Os Princípios UNIDROIT e os Princípios de Haia em matéria de contratos comerciais internacionais. A Convenção de Viena de 1980 sobre compra e venda internacional de mercadorias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I - Teoria Geral dos Contratos Internacionais

1.1. Noção de contrato internacional. O princípio *pacta sunt servanda*.

1.2. Contratos entre presentes e entre ausentes. Os contratos internacionais celebrados por meios eletrônicos.

1.3. O princípio da autonomia da vontade das partes para a escolha do foro e da lei aplicável. Dificuldades e tendências no Brasil e no direito comparado. As possibilidades trazidas pela arbitragem internacional.

1.4. A lei aplicável ao contrato internacional em ausência de eleição. As regras vigentes no direito brasileiro.

1.5. Os limites à aplicação da lei estrangeira: fraude e ordem pública.

II - Os Contratos Internacionais nos Espaços Integrados

2.1. A harmonização de legislações.

2.2. As regras adotadas na União Europeia.

2.2.1. A jurisdição internacional: Convênio de Bruxelas de 1968, Regulamento (CE) nº 44/2001 e Regulamento (UE) nº 1215/2012.

2.2.2. A lei aplicável ao contrato internacional: Convenção de Roma de 1980 e Regulamento (CE) nº 593/2008.

2.3. As regras adotadas no MERCOSUL.

2.3.1. O Protocolo de Buenos Aires sobre jurisdição em matéria contratual.

2.3.2. O direito interno dos Estados Mercosurenhos e os contratos internacionais. Regras vinculadas à lei aplicável e à jurisdição internacional.

III - Os Contratos Comerciais Internacionais: o *soft law* e a uniformização das regras aplicáveis ao comércio exterior

3.1. O *soft law* e o *hard law*.

3.2. O papel da Câmara do Comércio Internacional no desenvolvimento do comércio exterior. Os INCOTERMS e a regulação dos contratos internacionais.

3.3. Os Princípios UNIDROIT e os Princípios de Haia em matéria de contratos comerciais internacionais.

3.4. O Guia relativo ao Direito Aplicável aos Contratos Comerciais Internacionais nas Américas, da OEA.

3.4. As principais cláusulas nos contratos internacionais.

3.5. A aplicação da *lex mercatoria* pelos tribunais judiciais e arbitrais brasileiros e pelos tribunais dos Estados Partes do MERCOSUL.

3.6. As convenções internacionais e a uniformização das regras do comércio internacional.

3.6.1. A Convenção de Viena de 1980 sobre compra e venda internacional de mercadorias. Obrigações do vendedor e do comprador. A liberdade para a escolha do direito aplicável ao contrato.

AVALIAÇÃO

- Estudo de casos práticos.
- Análise de contratos internacionais e redação de cláusulas contratuais.
- Análise de legislação, doutrina e jurisprudência nacional e estrangeira.

Critérios de avaliação:

- Entrega de contrato internacional: 70%
- Apresentação de trabalho em aula: 30%.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARAL JÚNIOR, Alberto do; VIEIRA, Luciane Klein (coord.). **El derecho internacional privado y sus desafíos en la actualidad**. Bogotá: Editorial Ibáñez, 2016.

ARAÚJO, Nádia de. **Contratos internacionais: autonomia da vontade, Mercosul e convenções internacionais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

CRETELLA NETO, José. **Contratos internacionais do comércio**. 2. ed. Osasco: Letz TMCP, 2016.

GOICOECHEA, Ignacio. Los instrumentos de la Conferencia de La Haya de Derecho Internacional Privado que facilitan el desarrollo de los negocios internacionales y las inversiones. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, [s. l.], n. 5, marzo 2015. Disponível em: <http://revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/131>. Acesso em: 01/12/2021.

MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio. Nueva ley paraguaya de contratos internacionales: ¿regreso al pasado? *In*: MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio. **Temas actuales del derecho bancario y societario**. Asunción: Intercontinental Editora, 2015.

OLIVEIRA, Agatha Brandão de; MOSCHEN, Valesca Raizer Borges. Un enfoque crítico del sistema brasileño de derecho internacional privado y los retos de la armonización: los nuevos Principios de La Haya sobre la elección del derecho aplicable en materia de contratos internacionales. *In*: MORENO

RODRÍGUEZ, José Antonio; MARQUES, Cláudia Lima (coord.). **Los servicios en el derecho internacional privado**: jornadas de la ASADIP 2014. Porto Alegre: Gráfica e Editora RJR, 2014.

VENOSA, Silvio de Salvo; GAGLIARDI, Rafael Villar; TERASHIMA, Eduardo Ono (org.). **A convenção de Viena sobre contratos de compra e venda internacional de mercadorias**: desafios e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2015.

VIEIRA, Luciane Klein; FERNANDES, Matheus Lúcio Pires. Os acordos de eleição de foro nos contratos internacionais: perspectivas a partir da entrada em vigor do novo Código de Processo Civil Brasileiro. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, [s. l.], n. 9, Mar. 2017. Disponível em: <http://revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/209/339>. Acesso em: 01/12/2021.

VIEIRA, Luciane Klein. La autonomía de la voluntad de las partes en los contratos internacionales: breves comentarios sobre el derecho argentino y brasileño. **Revista de Direito da Empresa e dos Negócios**, [s. l.], v. 1, n. 2. jul./dez. 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/rden/article/view/15730>. Acesso em: 01/12/2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Nádia de; FREITAS, Caio Gomes de. Observância das cláusulas de eleição de foro no Brasil: o protocolo de Buenos Aires na jurisprudência brasileira. *In*: SCOTTI, Luciana B.; VIEIRA, Luciane Klein. **El derecho internacional privado del MERCOSUR en la práctica de los tribunales internos de los Estados Partes**. Asunción: Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión, 2020. p. 465-481. Disponível em: https://tprmercosur.org/es/activ/2020_dic_DIP_Mercosur.pdf. Acesso em: 01/12/2021.

GAMA JUNIOR, Lauro. **Contratos internacionais à luz dos princípios do UNIDROIT 2004**: soft law, arbitragem e jurisdição. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GIMÉNEZ CORTE, Cristián. **Usos comerciales, costumbre jurídica y nueva “lex mercatoria” en América Latina, con especial referencia al MERCOSUR**. Buenos Aires: Editorial Ábaco de Rodolfo Depalma, 2010.

MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio. Autonomía contractual transfronteriza en el Paraguay: ¡habemus jurisprudencia! *In*: MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio. **Derecho internacional privado y derecho de la integración**: libro homenaje a Roberto Ruiz Díaz Labrano. Asunción: CEDEP, 2013.

MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio. **Derecho aplicable y arbitraje internacional**. Asunción: CEDEP: Intercontinental Editora, 2013.

MOURA, Aline Beltrame de. A autonomia da vontade na escolha da lei aplicável aos contratos de comércio internacional no Regulamento Roma I da União Europeia. **Revista de Direito Internacional (Brazilian Journal of International Law)**, [s. l.], v. 16, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/6103/pdf>. Acesso em: 15/12/2021.

PISANO, Beatriz. La autonomía de la voluntad en el derecho internacional privado paraguayo. **Revista Jurídica La Ley Paraguaya**, [s. l.], n. 1. Feb. 2010. Disponível em: <https://cedep.files.wordpress.com/2009/02/autonomia-de-la-voluntad-en-el-dipr-paraguayo.pdf>. Acesso em: 15/11/2021.

POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; SILVA, Lucas Sávio Oliveira de. Contratos internacionais eletrônicos e o direito brasileiro: entre a insuficiência normativa doméstica e as soluções globais. **Revista Sequência**, [s. l.], n. 75, jan./abr. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552017000100157. Acesso em: dia 16/12/2021.

SAMTLEBEN, Jürgen. Teixeira de Freitas e a autonomia das partes no direito internacional privado latino-americano. **Revista de Informação Legislativa**, [s. l.], n. 85, jan./mar. 1985.

VIEIRA, Luciane Klein. La autonomía de la voluntad en los contratos internacionales celebrados entre partes con igual poder de negociación: su recepción en el derecho interno actual de los Estados mercosureños. **Derecho comercial y de las obligaciones**: Revista de Doctrina, Jurisprudencia, Legislación y Práctica, [s. l.], n. 279, p. 185-219, jul./agosto. 2016.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Desenvolvimento, Direito e Sustentabilidade

Ano/Semestre: 2021/2

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito Código da

Disciplina: 112151

Professores: Délton Winter de Carvalho

EMENTA

Aspectos estruturantes da matriz de desenvolvimento socioeconômico na Constituição brasileira. Estado Democrático Ambiental. Elementos constituintes do Estado Democrático Ambiental: Juridicidade e 'status' de direito fundamental. Dimensões do direito fundamental ao meio ambiente. Dimensões conceituais da Sustentabilidade. Sustentabilidade e equidade intergeracional. Instrumentos jurídico-econômicos de proteção ambiental. Economia Verde. Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Serviços ecossistêmicos. A ordem econômica e a tutela ambiental na Constituição.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 1:

Introdução à disciplina

Apresentação do Cronograma

1. Estado de Direito Ambiental e sua transversalidade (Direito, Economia, Política e Ciência)

1.1. Elementos constituintes do Estado de Direito Ambiental

1.1.1. Juridicidade ambiental

1.1.2. Status de direito fundamental

1.1.2.1. Dimensões do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente:

a) Dimensão subjetiva

b) Dimensão objetiva

1.2. Deveres ambientais constitucionais:

1.3. Princípios estruturantes do Direito Ambiental.

Aula 2:

Gestão Jurídica do Riscos Ambientais: da prevenção à precaução

Sistema constitucional de governança dos riscos ambientais

Prevenção geral e graus de incerteza

Papel da Ciência e sua intersecção com o Direito

Prevenção "stricto sensu": Modelo quantitativo Cálculo de risco quantificável

Padrão probatório (reasonable probability) Precaução

Critérios de ponderação

Ameaças graves e irreversibilidade Incerteza e informação

Custo-benefício

Padrão probatório (reasonable satisfaction)

Análise jurisprudência selecionada.

Leitura doutrinária prévia obrigatória e entrega de fichamento nesta data: CARVALHO, Délton Winter de. “Gestão Jurídica do Risco Ambiental.” Gestão Jurídica Ambiental. (doutrina e jurisprudência aplicadas). 2ª ed. São Paulo: RT, 2020.

Aula 3:

1. Responsabilidade Civil Ambiental.
 - 1.1. Elementos da Responsabilidade Civil Ambiental.
 - 1.2. Classificação e prova do Dano Ambiental, Individual e Coletivo.
 - 1.3. Nexo causal: inversão do ônus vs. Teoria das Probabilidades
 - 1.4. Solidariedade
 - 1.5. Medidas Compensatórias.

2. Responsabilidade Administrativa Ambiental.

- 2.1. Infrações ambientais
- 2.2. Sanções ambientais
- 2.3. Excludentes

Leitura doutrinária prévia obrigatória e entrega de fichamento nesta data: CARVALHO, Délton Winter de. “Dano e Responsabilidade Civil Ambiental.” Gestão Jurídica Ambiental. São Paulo: RT, 2020; CARVALHO, Délton Winter de. “Responsabilidade Administrativa Ambiental.” Gestão Jurídica Ambiental. São Paulo: RT, 2020.

Aula 4:

1. Direito dos Desastres
2. Autonomia
3. Gestão circular dos riscos
4. Funções: Mitigação e Prevenção; Resposta de Emergência; Compensação; Reconstrução
5. Casos: Mariana, Brumadinho, Covid

Leitura obrigatória: CARVALHO, Délton Winter de. Desastres Ambientais e sua regulação jurídica: deveres de prevenção, resposta e compensação. São Paulo: RT, 2020.

Aula 5

1. Direito Ambiental na Era das Mudanças Climáticas
 - 1.2. Sensitividade Climática
 - 1.3. Direito das Mudanças Climáticas
 - 1.4. Litigância estratégica: direitos humanos, ambiental e climática
 - 1.4.1. Litigiosidade como governança: *rights turn*
 - 1.4.2. Litigância Climática no Mundo.
 - 1.4.3. Litigância Climática no Brasil.

Leitura doutrinária prévia obrigatória e entrega de fichamento nesta data: CARVALHO, Délton Winter de. *Constitucionalismo Climático: a tridimensionalidade do Direito das Mudanças Climáticas*. (prelo) SETZER, Joana; CARVALHO, Délton Winter de. “Climate litigation to protect the Brazilian Amazon: Establishing a constitutional right to a stable climate.” **RECIEL – Review of European, Comparative & International Environmental Law**. July, 2021. (Prelo).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BRADFORD, Mank. **Standing and statistical persons: a risk-based approach to standing**. Cincinnati: University of Cincinnati College of Law, 2009.
- CARVALHO, Délton Winter de. **Dano ambiental futuro: a responsabilização civil pelo risco ambiental**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.
- CARVALHO, Délton Winter de. **Desastres e sua regulação jurídica: deveres de prevenção, resposta e compensação ambiental**. 2. ed. São Paulo: RT, 2020.
- CARVALHO, Délton Winter de. **Gestão Jurídica Ambiental**. 2. ed. São Paulo: RT, 2020.
- FARBER, Daniel A.; FINDLEY, Roger W. **Environmental law**. 8. ed. West: St. Paul, 2010.
- FARBER, Daniel Farber; CARVALHO, Délton Winter de. (org.). **Estudos aprofundados em direito dos desastres: interfaces comparadas**. Curitiba: Prismas, 2017.
- SETZER, Joana; CARVALHO, Délton Winter de. Climate litigation to protect the Brazilian Amazon: establishing a constitutional right to a stable climate. **RECIEL: Review of European, Comparative & International Environmental Law**, [s. l.], v. 30, n. 2, July, 2021.
- SMITH, Joseph; SHEARMAN, David. **Climate change litigation: analysing the law, scientific evidence & impacts on the environment, health & property**. Adelaide: Presidian, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- CAMERON, James. Globalization and the ecological state. **Review of European Community and International Environmental Law**, [s. l.], v. 8, n. 3, 1999.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estado de direito*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes Canotilho. *Juridicização da ecologia ou ecologização do direito*. **Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente**, Coimbra, n. 4, dez. 1995.
- CARVALHO, Délton Winter de; DAMACENA, Fernanda Dalla Libera. **Direito dos desastres**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.
- FARBER, Daniel. Disaster law and emerging issues in Brazil. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito-(RECHTD)**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 2-15, jan./jun. 2012.
- FARBER, Daniel. Uncertainty. **The Georgetown Law Journal**, [s. l.], v. 99, 2011.
- FERRER, Gabriel Real. Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del derecho. **Revista de Derecho Ambiental**, Buenos Aires, n. 32, p. 65-82, oct./dic. 2012.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito Empresarial e Saúde do Trabalhador

Ano/Semestre: 2021/2

Nível: Mestrado

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121802

Professor: Maurício de Carvalho Góes

EMENTA

Estudo do meio ambiente de trabalho e seus impactos na gestão das relações de trabalho. Abordagem de conceitos e ferramentas fundamentais para a gestão ambiental do trabalho na empresa. Proteção da saúde dos trabalhadores e aplicação das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Análise dos perigos e riscos no ambiente de trabalho, bem como dos institutos da insalubridade e periculosidade com abordagem das perícias de identificação dessas insalubridades e periculosidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Direitos fundamentais dos Trabalhadores. Meio Ambiente do Trabalho. Proteção ao trabalhador no contexto da saúde laboral. Responsabilidade Empresarial na saúde física e psíquica do trabalhador. Adicionais de insalubridade e periculosidade e perícias técnicas. Saúde Mental no Trabalho. Gestão e Compliance.

OBJETIVOS

- a) Analisar os aspectos técnicos de perícias realizadas em ações judiciais;
- b) Estabelecer a consciência da necessidade de desenvolvimento saudável do meio ambiente laboral;
- c) Traçar as principais patologias que afetam a saúde psíquica do trabalhador.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo principalmente a apresentação de seminários, podendo ser aplicadas outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício

de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade e elaboração e entrega de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ASSIS, Romeu José de. **Cipa: teoria e Prática**. 2. ed. São Paulo: Juruá, 2017.
- CARDELLA, Benedito. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes**. 2. ed. São Paulo: ATLAS, 2016.
- CAMISASSA, Mara Queiroga. **Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 36 comentadas e descomplicadas**. São Paulo: Método, 2015.
- EQUIPE DE LEGISLAÇÃO ATLAS. **Segurança e medicina do trabalho**. 79. ed. São Paulo: ATLAS, 2017.
- MELO, Raimundo Simão de. **Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2008.
- MIGUEL, Alberto Sérgio S. R. **Manual de higiene e segurança do trabalho**. 13. ed. Porto: Porto, 2014.
- OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Proteção jurídica à saúde do trabalhador**. 6. Ed. São Paulo: LTr, 2011.
- OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional**. 12. ed. Salvador: JusPODIUM, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- NEWSTROM, John W. **Comportamento organizacional: o comportamento humano no trabalho**. São Paulo: Mc Graw Hill, 2008.
- PEREIRA, Alexandre Demetrius. **Tratado de segurança e saúde ocupacional: aspectos técnicos jurídicos: NR 13 a NR 15**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v. 3.
- PEREIRA, Alexandre Demetrius. **Tratado de segurança e saúde ocupacional: aspectos técnicos jurídicos: NR 16 a NR 18**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v. 4.
- RAMAZZINI, Bernardino. **As doenças dos trabalhadores**. 4. ed. São Paulo: Fundacentro, 2016.
- SALIBA, Tuffi Messias. **Prova pericial em segurança e higiene**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2016.
- SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de higiene ocupacional e PPRA**. 8. ed. São Paulo: LTr, 2017.
- SALIBA, T. M.; CORRÊA, M. A. C. **Insalubridade e periculosidade**. 13. ed. Editora Ltr: São Paulo, 2014.
- SIQUEIRA, M. M.; PADOVAM, V. A. R. Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 201-209, 2008.
- TAMAYO, A. **Cultura e saúde nas organizações**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- VENDRAME, Antonio Carlos. **Curso de introdução à perícia judicial**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2012.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito Internacional do Comércio

Professor: Dr. Marcelo De Nardi

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112167

Ano/Semestre: 2021-2

Carga horária: 30 horas-aula

Créditos: 2 créditos

EMENTA

Fundamentos teóricos e práticos do Direito Internacional do Comércio. O sistema econômico internacional: os atores; o comércio mundial; evolução. Transações de exportação e importação; agentes e sujeitos no comércio internacional; aspectos gerais dos negócios internacionais. Fundamentos da política comercial no Brasil e no mundo; bases jurídicas e políticas do sistema multilateral de comércio; regionalismo. Tópicos práticos do comércio internacional, contratos internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Fundamentos do Direito Internacional do Comércio
 - Direito, soberania, sistemas jurídicos, jurisdição, contrato, arbitragem
 - Abordagens contratual e regulatória
- Evolução histórica do Comércio Internacional
 - Comércio internacional e Estado nacional
 - Teorias do Comércio Internacional
- Atores no Comércio Internacional
 - Intervenientes públicos e privados
 - Papéis dos atores, interações
- Comércio exterior no Brasil
 - Exportação e importação, promoção comercial
 - Defesa comercial
- OMC e Mercosul
 - Organizações internacionais
 - Mercosul - estrutura, evolução, resultados
 - OMC - evolução, estrutura, resultados
 - Tratados que compõem a OMC
- Multilateralismo vs. Regionalismo
- Tópicos práticos do Comércio Internacional
 - Agentes e sujeitos no Comércio Internacional
 - Contratos

AVALIAÇÃO

- Contribuições acadêmicas em sala de aula - 30%
- Contribuições durante os momentos de debate
- Participação em atividades interativas, como questionários, seminários e semelhantes
- Artigo sobre tema a ser indicado - 70%
- Modelo indicado pela Unisinos, com ajustes para formato específico
- Extensão de 10 a 15 p.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPUCIO, Camilla. **Direito internacional do comércio**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2020. *E-book*.
CRETELLA NETO, José. **Curso de direito internacional econômico**. São Paulo: Saraiva, 2012. *E-book*.
SOUSA, José Meireles de. **Fundamentos do comércio internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009. *E-book*.
(Série comércio exterior, 2).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **Curso de direito internacional público**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015. *E-book*.
AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues do (org.). **Direito do comércio internacional: aspectos fundamentais**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Lex, 2014.
CAPUCIO, Camila. A OMC e o regionalismo do século XXI: estratégia de imposição de modelos normativos? **Revista de Direito Internacional**, Brasília, DF, v. 12, n. 2, p. 336-348, 2014. Disponível em: <http://publicacoes.uniceub.br/index.php/rdi/article/view/3158/pdf>. acesso em: 26 ago. 2020.
CAPUCIO, Camila. **Comércio internacional e integração regional: a OMC e o regionalismo**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.
ANJOS, Priscila Caneparo dos. A organização mundial do comércio e os direitos humanos: idealismo romântico ou ceticismo racional? **Economic Analysis of Law Review**, Brasília, DF, v. 12, n. 1, p. 17-31, Jan./Apr. 2021. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/29afbd63adca9076d39e748993ac1265/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1226335>. Acesso em: 13 ago. 2021.
ENGELBERG, Esther. **Contratos internacionais do comércio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
LIMA-CAMPOS, Aluisio de (org.). **Ensaio em comércio internacional**. São Paulo: Singular, 2005.
RAINELLI, Michel. **Comércio internacional**. Barueri: Manole, 2004.
RÊGO, Elba Cristina Lima. Do Gatt a OMC: o que mudou, como funciona e para onde caminha o sistema multilateral de comércio. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 3-22, dez. 1996. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11014>. Acesso em: 7 ago. 2021.
SILVA, Elaini Cristina Gonzaga da. **Direito internacional em expansão: encruzilhada entre comércio internacional, direitos humanos e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2016. *E-book*.
TIMM, Luciano Benetti; RIBEIRO, Rafael Pellegrini; ESTRELLA, Angela T. Gobbi. **Direito do comércio internacional**. São Paulo: FGV, 2009. *E-book*.
VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. 30 anos velando o Mercosul vivo. *In: ILA Brasil*. [S. l.], 08 set. 2021. Disponível em: <https://ilabrasilblog.wixsite.com/blog/post/30-anos-velando-o-mercosul-vivo>. Acesso em: 09 ago. 2021.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. **Teoria do estado e a unidade do direito internacional: domesticando o rinoceronte.** Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Profissional

Disciplina: **Direito Regulatório**

Semestre: 2021/2

Carga horária: 30 horas/aula: Créditos: 2

Área temática: Direito e Regulação

Código da disciplina: 112159 Professora: Dra. Daniela Pellin

EMENTA

Serviços Públicos: conceito e classificação. Formas de prestação do serviço público: Outorga e delegação. A regulação do serviço público concedido. As agências de regulação. Instrumentos de delegação: concessão, permissão e autorização. A relação jurídica na concessão. A Legislação de concessão: Lei 8987/95 e Lei 9074/95. Parcerias Público-Privadas – Conceitos. Instrumentos. Legislação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DATA/AULA	ECOSSISTEMA DE CONHECIMENTOS
04/09	Apresentação da proposta da disciplina, da metodologia do desenvolvimento da aprendizagem, dos critérios de avaliação e contextualização da matéria: <i>O Estado como agente normativo e regulador: uma questão de planejamento e de desenvolvimento desde 1988.</i>
10/09	A estrutura do sistema econômico brasileiro. Princípios da Ordem Constitucional Econômica. A LINDB. A Lei da Liberdade Econômica de nº 13.874/19. Texto para leitura prévia: “Exposição de motivos da MP nº 881”. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Exm/Exm-881-19.pdf Acesso em 28 fev 2020. [ADI 1.950, rel. min. Eros Grau, j. 3-11-2005, P, DJ de 2-6-2006.] disponível em http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%201663
18/09	O Estado como agente econômico. O desenvolvimento econômico sustentável e a conexão com a política econômica global. A relação que há entre o Estado e o desenvolvimento econômico sustentável. O Decreto da Empresa e dos Direitos Humanos de nº 9.571/18. Texto para leitura prévia: [RE 407.099, voto do rel. min. Carlos Velloso, j. 22-6-2004, 2ª T, DJ de 6-8-2004.] Disponível em http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp?item=1677 “Empresa e Direitos humanos na perspectiva do trabalho decente: marco de referência”. Disponível em https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/04_Empresas-e-Direitos-Humanos-na-Perspectiva-do-Trabalho-Decente-%E2%80%93-Marco-Referencial.pdf
08/10	O Governo, a OCDE e a implantação da Análise de Impacto Regulatório (AIR) no sistema brasileiro. O caso do “Sandbox Regulatório” na CVM. Texto para leitura prévia: “Fintechs e Sandbox no Brasil”. Disponível em http://www.economia.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/notas-informativas/2019/publicacao-spe-fintech.pdf “Diretrizes gerais para a constituição de sandbox regulatório no âmbito do mercado financeiro brasileiro”. Disponível em http://www.labinovacaofinanceira.com/wp-content/themes/enfold-child/pdf/Sand_box_lab_vs8_web.pdf Acesso em 28 fev 2020.

22/10	<p>As Agências Reguladoras e o contexto regulatório. As PPPs.</p> <p>Texto para leitura prévia: A Análise Econômica do Direito Proposições legislativas e políticas públicas. Disponível em https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p321.pdf Acesso em 28 fev 2020.</p>
29/10	<p>As Estatais. As Ouvidorias. A Lei de Licitações. A Lei Anticorrupção. A Bolsa de Valores B3. Os programas de Integridade como linguagem jurídica do sistema econômico de desenvolvimento.</p> <p>Texto para leitura prévia: “Da teoria da regulação ao atual desequilíbrio financeiro: uma reflexão da economia a partir do pensamento de Michael Aglietta”. Disponível em http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2219-octavio-conceicao-2 Acesso em 28 fev 2020.</p>
05/11	<p>As falhas de governo. As externalidades. A Captura. A Assimetria de Informações. Programas de Compliance.</p> <p>Texto para leitura prévia: “A captura das Agências Reguladoras: uma análise do risco de ineficiência do Estado regulador” Disponível em https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3967/1/arquivo407_1.pdf Acesso em 28 fev 2020.</p>
12/11	<p>As Agências Reguladoras e a Defesa da Concorrência. Lei Anticorrupção.</p> <p>Texto para leitura prévia: ‘Principais Modificações e Impactos para as Agências Reguladoras decorrentes da Lei n.º 12.529/2011 (Lei de Defesa da Concorrência)’. Disponível em http://www.anp.gov.br/images/central-de-conteudo/notas-estudos-tecnicos/estudos-tecnicos/modificacoes-impactos-agencias-reguladoras-2013.pdf Acesso em 28 fev 2020.</p> <p>“Regulação pró-concorrencial e o novo ciclo de abertura comercial no Brasil”. Disponível em https://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-44-num-3-ano-2004-nid-46009/ Acesso em 28 fev 2020.</p> <p>“A mesoeconomia do desenvolvimento econômico: o papel das instituições”. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512010000100001 acesso em 28 fev 2020.</p>
19/11	<p>Novas Tecnologias e novos ambientes regulatórios. Marco Civil da Internet. LGPD.</p>
20/11	<p>Novas Tecnologias e novos ambientes regulatórios. Lei de informática e Quarta Revolução Industrial. O papel da Governança na gestão jurídica do valor.</p>

OBJETIVOS

O **objetivo geral** da disciplina é incluir o aluno no contexto sistêmico da atividade econômica e regulatória que envolvem interesses entre o setor público e o setor privado. Uma vez nesse cenário, o aluno poderá observar e projetar os prováveis ou improváveis impactos aos ecossistemas social e ambiental quando da tomada de decisão. De posse dessa verificação, a disciplina tem como **objetivos específicos**: a) tornar o aluno protagonista na comunicação de linguagem de novos padrões de comportamento econômico no exercício de atividade profissional; b) dar ao aluno condições de se apropriar do discurso do desenvolvimento econômico sustentável na gestão da parceria público-

privada; c) transformar o aluno em gestor de novos padrões de reflexão jurídica sistêmica que sirvam para intervenções jurídicas em tomadas de decisão jurídica e econômica.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada às aulas é a sistêmico-construtivista e tem na pragmática a resposta aos problemas diagnosticados pelo aluno a partir do conhecimento recebido em aulas expositivas e dialogadas, sendo o protagonista na construção das respostas. As técnicas de aula-pesquisa são a leitura de textos, capítulos de livros, artigos e atividades de reflexão e fixação de conteúdos aplicadas em sala de aula, além da elaboração e entrega de artigo científico como conclusão da disciplina, ao final do semestre, o qual deverá estar em condições de publicação científica.

AVALIAÇÃO

Para a conclusão da disciplina, com aprovação, o aluno deverá alcançar a nota mínima de 7,0 (de um total de 10,0) pontos, avaliada no contexto global, da seguinte forma:

- a realização e entrega das atividades de fichamento de textos indicados à leitura, oportunamente, no valor total de 0,0 a 4,0 pontos, a depender da avaliação;
- a elaboração e entrega, no prazo, de artigo científico (segundo regras da ABNT e de metodologia científica da pesquisa) que deverá abordar: objeto, problema, hipótese, objetivo geral, objetivos específicos, referências bibliográficas, nacional e estrangeira, observados ao longo do processo de construção da disciplina que computará o valor de 0,0 a 6,0. Caso o artigo seja entregue fora do prazo, será descontado 0,5 ponto do total avaliado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CUÉLLAR, Leila. **Introdução às agências reguladoras brasileiras**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
- FIGUEIREDO, Pedro Henrique Poli de. **A regulação do serviço público concedido**. Porto Alegre: Síntese, 1999.
- GUIMARÃES, Fernando Vernalha. **Concessão de serviço público**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- JUSTEN FILHO, Marçal. **Teoria geral das concessões de serviço público**. São Paulo: Dialética, 2003.
- LEHFELD, Lucas de Souza. **Controle das agências reguladoras**. São Paulo: Atlas, 2010.
- ZANOTTA, Pedro; BRANCHER, Paulo. **Desafios atuais da regulação econômica e concorrência**. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRASIL (2014). **Documentos da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação**: Genebra 2003 e Túnis 2005. Trad. Marcelo Amorim Guimarães. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/CadernosCGIbr_DocumentosCMSI.pdf acesso em 23 fev 2020.
- BRASIL (2019). **Fintechs e Sandbox no Brasil**. Ministério da Economia: Secretaria de Política Econômica Brasília, junho, 2019. Disponível em <http://www.economia.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/notas-informativas/2019/publicacao-spe-fintech.pdf> Acesso em 28 fev 2020.
- BRASIL. (2000). **Livro Verde da Sociedade da Informação**. Acesso em 16 de FEV de 2020, disponível em Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (ibcti): <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/434>
- BRASIL. (2013). **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**: Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Acesso em 16 de fev de 2020, disponível em Presidência da República: Secretaria Geral: Sub-chefia para assuntos jurídicos:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm

BRASIL. (2016). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Acesso em 16 de fev de 2020, disponível em Presidência da República: Casa Civil: Subchefia para assuntos jurídicos: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

BRASIL. (2017). **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**: Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília. Acesso em 16 de fev de 2020, disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9203-22-novembro-2017-785782-norma-pe.html>

BRASIL. (2018). **Decreto nº 9.571, de 21 de novembro de 2018**: estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos. Acesso em 16 de fev de 2020, disponível em Presidência da República: Subsecretaria-Geral: Sub-chefia para assuntos jurídicos: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9571.htm

BRASIL. (2018). **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Acesso em 16 de fev de 2020, disponível em Presidência da República: Secretaria-Geral: sub-chefia para assuntos jurídicos: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm

BRASIL. (2019). **Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019**. Acesso em 16 de fev de 2020, disponível em Presidência da República: Secretaria Geral: Sub-chefia para assuntos jurídicos: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13848.htm

BRASIL. (2019). **Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019**. Acesso em 16 de fev de 2020, disponível em Presidência da República: Secretaria-Geral: Sub-chefia para assuntos jurídicos: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm

CONNECTAS. (2012). **Empresas e Direitos Humanos**: Parâmetros Da Onu Para Proteger, Respeitar E Reparar Relatório Final De John Ruggie - Representante Especial Do Secretário-Geral. Acesso em 16 de fev de 2020, disponível em Conectas direitos humanos: <https://www.conectas.org/publicacoes/download/empresas-e-direitos-humanos-parametros-da-onu>

COTTER, Robert. H.; SCHÄFER, Hans-Bernd. **O nó de Salomão**: como o Direito pode erradicar a pobreza das nações. Trad. Magnum Eltz. Curitiba: Editora CRV, 2017.

ENGELMANN, Wilson; WILLIG, Júnior R. **Inovação no Brasil**: entre os riscos e o marco regulatório. Jundiaí: Paco, 2016.

GADELHA, Carlos. (04 de nov de 2019). **Os desafios de uma tecnologia que sirva ao humano e não que se sirva do humano**. 8-15. (J. V. Santos, Entrevistador, & I. On-line, Editor) São Leopoldo: IHU On-Line. Acesso em 16 de fev de 2020, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao544.pdf>

GRAU, Eros. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 13. ed. ver., atual. São Paulo: Malheiros, 2008.

GUERRA, Sérgio (org.). **Regulação no Brasil**: uma visão multidisciplinar. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 15. ed. São Paulo: dialética, 2012.

LABORATORIO DE INOVAÇÃO FINANCEIRA (LAB). (s.d.) **Diretrizes gerais para a constituição de sandbox regulatório no âmbito do mercado financeiro brasileiro**. Disponível em http://www.labinovacaofinanceira.com/wp-content/themes/enfold-child/pdf/Sand_box_lab_vs8_web.pdf Acesso em 28 fev 2020.

MAZZUCATO, Mariana. (2014). Introdução: faça algo diferente. *In* MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado. Trad. Elvira Serpicos. São Paulo: Portfolio-Penguin; p. 23-39; 41-57; 243-255. Disponível em <http://www.biblioteca.asav.org.br/biblioteca/>

-
- MORAES, Alexandre de. **Agências reguladoras**. São Paulo: Atlas, 2002.
- PELLIN, Daniela; ENGELMANN, Wilson. O Brasil e a viamão do cumprimento da agenda 2030: as empresas, as instituições e as nanotecnologias. **Revista Culturas Jurídicas**, [s. l.], v. 6, n. 13, p. 329-359, 2019. doi:10.22409/rcj.v0i0
- PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. **Comentários à lei de licitações e contratações na administração pública**. 8 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.
- RIFKIN, J. **Sociedade com custo marginal zero: a internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo**. São Paulo: M. Books, 2016.
- SCHAPIRO, Mario Gomes; CARVALHO, Vinícius Marques de; CORDOVIL, Leonor Augusta Giovine (coord.) *et al.* **Direito econômico concorrencial**. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.asav.org.br/biblioteca>
- SENADO FEDERAL. (s.d.) **Compliance e Lei Anticorrupção nas empresas**. Disponível em; <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p87.pdf> Acesso em: 02 de jan. de 2020.
- SUCCAR, Paulo Egídio Seabra; BAGNOLI, Vicente. **Estudos de direito da concorrência**. São Paulo: Mackenzie, 2004.
- SUNDFELD, Carlos Ari (org.). **Parcerias público-privadas**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.
- TRINDADE, Manoel Gustavo Neubarth. Economia de plataforma (ou tendência à bursatilização dos mercados): ponderações conceituais distintivas em relação à economia compartilhada e à economia colaborativa e uma abordagem de análise econômica do direito dos ganhos de eficiência econômica por meio da redução severa dos custos de transação. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, [s. l.], ano 6, n. 4, p. 1977-2013, 2020.
- WINDHOLZ, Eric; HODGE, Graeme A. Conceituando regulação social e econômica: implicações para agentes reguladores e para atividade regulatória atual. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 264, p. 13-56, 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Formas de Resolução de Conflitos

Semestre: 2021/2

Carga horária: 30 horas/aula:

Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112156

Professora: Dra. Daniela Pellin

EMENTA

Ementa: A assessoria jurídica como modo de prevenção de conflitos. Métodos alternativos de solução de controvérsia. Teoria da Negociação. Escolas. Mediação. Arbitragem. Compromisso arbitral. Processo arbitral. Poder Judiciário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DATA/AULA	ECOSSISTEMA DE CONHECIMENTOS
03/09	<p>Orientações sobre o ecossistema de ensino-aprendizagem da disciplina e organização do semestre.</p> <p>Aspectos globalizantes da resolução de conflitos</p> <p>Material de Apoio: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Diretrizes para a mediação eficaz. Nova York: UNDPA, 2015. Disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GuidanceEffectiv eMediation UNDPA2012 pt Jun2015correction 0.pdf.</p> <p>BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Sociedade da informação no Brasil: Livro Verde. Organizado por Tadao Takahashi. Brasília, DF: MCT, set. 2000. Disponível em: http://www.socinfo.org</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Conciliação e Mediação. Disponível em https://www.cnj.jus.br/programas-e-aco es/conciliacao-e- mediacao/</p>

10/09	<p>Fundamentos da Negociação Material de apoio: LEWICKI, Roy J.; SAUNDERS, David M.; BARRY, Bruce. Fundamentos de negociação. 5ed. Porto Alegre: MGH, 2014.</p>
17/09	<p>Comunicação Aplicada Material de apoio: ROSENBERG, Marshall, Comunicação Não Violenta. São Paulo: Ágora, 2006.</p>
24/09	<p>Mediação (Lei nº 13.140/2015) e Conciliação. Material de apoio: Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económicos (OCDE). Recomendação Do Conselho Relativa Às Linhas Directrizes Que Regem A Protecção Dos Consumidores No Contexto Do Comércio Electrónico Disponível em https://www.oecd.org/sti/consumer/34023696.pdf CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Conciliação e Mediação. Disponível em https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao/ CALMON, Petrônio. Fundamentos da mediação e conciliação. 3 ed. Gazeta jurídica, 2015. WARAT, Luis Alberto. Surfando na Pororoca: o ofício do Mediador. Vol. III. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004</p>
01/10	<p>Mediação (Lei nº 13.140/2015) e Novas Tecnologias (<i>Online Dispute Resolution</i> (ODR)) Material de apoio: BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Sociedade da informação no Brasil: Livro Verde. Organizado por Tadao Takahashi. Brasília, DF: MCT, set. 2000. Disponível em: http://www.socinfo.ogr. Acesso em: 20 dez. 2018.</p>
08/10	<p>Mediação Empresarial Internacional Material de Apoio: CONVENÇÃO DE SINGAPURA SOBRE MEDIAÇÃO. Disponível em https://www.singaporeconvention.org/ MARTINELLI, Dante P.; VENTURA, Carla Aparecida Arena; MACHADO, Juliano Rossi. Negociação internacional. São Paulo: Atlas, 2004.</p>

22/10	<p>Arbitragem (Lei nº 9.307/1996)</p> <p>Material de Apoio: DELGADO, José Augusto. A arbitragem no Brasil – Evolução histórica e conceitual. Disponível em http://www.escolamp.org.br/arquivos/22_05.pdf.</p>
29/10	<p>Regulamento da arbitragem. Aspectos práticos e procedimentais</p> <p>Material de Apoio: TIMM, Luciano. Arbitragem nos contratos empresariais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. RODOVALHO, Thiago e CAHALI, Francisco José. A Arbitragem no Novo CPC - Primeiras Impressões. <i>In</i> FREIRE, Alexandre <i>et al</i> (Org.). Novas tendências do Processo Civil: estudos sobre o projeto do novo código de processo civil. Vol. 2. Salvador: JusPodivm, 2014, pp. 583/604. Regulamento da CAMARB: http://camarb.com.br/mediacao/regulamento/</p>
19/11	<p>Arbitragem na Administração Pública e Coletiva</p> <p>Material de Apoio: MELLO, Rafael Munhoz de. Arbitragem e Administração Pública. In: Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná. Curitiba, n. 6, p. 47-81, 2015. NERY, Ana Luisa. Arbitragem coletiva. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. SILVEIRA, Sebastião Sergio da; GUIMARÃES, Leonardo Aquino Moreira; ZACARIAS, Fabiana. Meios Alternativos de Resolução de Conflitos: arbitragem de direitos coletivos. <i>In</i> Revista Húmus. V. 9, n. 25 (2019). Disponível em http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/articloe/view/10853</p>
26/11	<p>Jurimetria e análise preditiva para negociação, mediação, conciliação e arbitragem.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURIMETRIA (ABJ). Por que usar R para a Jurimetria? Publicado em 01 mar 2020. Disponível em https://abj.org.br/por-que-usar-r-para-jurimetria/</p>

AValiação

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

Para a conclusão da disciplina com aprovação, o aluno deverá alcançar a nota mínima de 7,0 (de um total de 10,0) avaliada no contexto global de participação em aula e resultado de aprendizagem (valor 1,0). Assim, a avaliação é compreendida como:

- a realização e entrega das atividades de fichamento de textos indicados à leitura, oportunamente, no valor total de 0,0 a 4,0 pontos, a depender da avaliação;
- a elaboração e entrega, no prazo, de artigo científico (segundo regras da ABNT e de metodologia científica da pesquisa) que deverá abordar: objeto, problema, hipótese, objetivo geral, objetivos específicos, referências bibliográficas, nacional e estrangeira, observados ao longo do processo de construção da disciplina que computará o valor de 0,0 a 6,0.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo**: comentários a Lei nº 9307/96. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JOBIM, Eduardo; MACHADO, Rafael Bicca. **Arbitragem no Brasil**: aspectos jurídicos relevantes. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

TIMM, Luciano. **Arbitragem nos contratos empresariais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURIMETRIA (ABJ). Por que usar R para a Jurimetria? Publicado em 01 mar 2020. Disponível em <https://abj.org.br/por-que-usar-r-para-jurimetria>

BANOV, M. R. **Psicologia no gerenciamento de pessoas**. São Paulo: Atlas, 2013.

BERGAMINI, C. W. **Administração do sentido**. São Paulo: atlas, 2009.

CALMON, Petrônio. **Fundamentos da mediação e conciliação**. 3. ed. Gazeta jurídica, 2015.

CARVALHAL, Eugênio *et al.* **Negociação e administração de conflitos**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CIALDINI, Robert. **O poder da persuasão**. São Paulo: Campus, 2007.

CLEMENZ, Gerhard; GUGLER, Klaus. Macroeconomic development and civil litigation. **European Journal of Law and Economics**, [s .l.], v. 9, n. 3, p. 215-230, May 2000. Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/x7580gq57303408r/#ContactOfAuthor2>. Acesso em: 20. dez. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Conciliação e mediação**. Brasília, DF: CNJ, [2021?]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao/>. Acesso em: 11/12/2021.

COOTER, Robert D.; RUBINFELD, Daniel L. Economic analysis of legal disputes and their resolution. **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, v. 27, n. 3, p. 1067-1097, Sept. 1989. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2726775>. Acesso em: 20 dez. 2017.

DELGADO, José Augusto. A arbitragem no Brasil – Evolução histórica e conceitual. Disponível em

http://www.escolamp.org.br/arquivos/22_05.pdf

DEUTSCH, Morton. Conflict resolution: theory and practice. **Political Psychology**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 431-453, 1983.

FISHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. **Como chegar ao sim: negociação de acordos sem concessões**. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

FRIEDMAN, Lawrence M. Litigância e sociedade. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 263, p. 13-34, maio/ago. 2013.

GUERRERO, Luis Fernando. **Convenção de arbitragem e processo arbitral**. São Paulo: Atlas, 2010.

KOBAYASHI, Bruce H; PARKER, Jeffrey S. Civil procedure: general economic analysis. In: BOUCKAERT, Boudewijn; DE GEEST, Gerrit. (ed.). **Encyclopedia of law and economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2000. v. 1, p. 65-117. Disponível em: <http://encyclo.findlaw.com/7000book.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

LEWICKI, Roy J.; SAUNDERS, David M.; BARRY, Bruce. **Fundamentos de negociação**. 5. ed. Porto Alegre: MGH, 2014.

MARTINELLI, Dante P.; VENTURA, Carla Aparecida Arena; MACHADO, Juliano Rossi. **Negociação internacional**. São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINS, Pedro Antonio Batista. **Reflexões sobre arbitragem**: in memoriam do desembargador Cláudio Vianna de Lima. São Paulo: Ltr, 2002.

MELLO, Rafael Munhoz de. Arbitragem e administração pública. **Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 6, p. 47-81, 2015.

MORAIS, Jose Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação e arbitragem**: alternativas à jurisdição! Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

NERY, Ana Luisa. **Arbitragem coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

OLIÚ, Alejandro Abal. La prueba del derecho en el proceso jurisdiccional. **Revista de Derecho**, Montevideu, v. 8, n. 8, p. 11-80, nov. 2013.

OLIVEIRA, Lauro Ericksen Cavalcanti. A teoria geral dos conflitos e a sua compreensão como um fenômeno sócio-jurídico: os planos objetivo, comportamental e anímico dos conflitos. **Revista da Escola Superior da Magistratura Trabalhista da Paraíba**, João Pessoa, Ano 4, n. 4, out. 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Diretrizes para a mediação eficaz**. Nova York: UNDP, 2015. Disponível em:

https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GuidanceEffectiveMediation_UNDP2012_pt_Jun2015correction_0.pdf.

PATRICIO, Miguel Carlos Teixeira. **Análise econômica da litigância**. Lisboa: Almedina, 2005.

RODOVALHO, Thiago; CAHALI, Francisco José. A Arbitragem no Novo CPC: primeiras Impressões. In: FREIRE, Alexandre *et al* (org.). **Novas tendências do processo civil**: estudos sobre o projeto do novo código de processo civil. Salvador: JusPodivm, 2014. v. 2, p. 583-604.

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação não violenta**. São Paulo: Ágora, 2006.

SHAUL, I. **International negotiation**: proceedings of the international conference marketing: from information to decision. [serial on-line]. December, 2012; 5:455-461. Disponível em

<http://www.brill.com/international-negotiation>

SILVA, Eduardo Silva da. **Arbitragem e direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

SILVEIRA, Sebastião Sergio da; GUIMARÃES, Leonardo Aquino Moreira; ZACARIAS, Fabiana. Meios Alternativos de Resolução de Conflitos: arbitragem de direitos coletivos. In **Revista Húmus**. V. 9, n. 25 (2019). Disponível em

<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/10853>

- STONE, Katherine V. W. **Private justice: the law of ADR.** [S.l.]: University Casebook Series, 2003.
- STRENGER, Irineu. **Arbitragem comercial internacional.** São Paulo: LTR, 1996.
- THOMAS, David C.; INKSON, Kerr. **Inteligência cultural.** Rio de Janeiro; Record, 2006.
- TIMM, Luciano Benetti. **Arbitragem nos contratos.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.
- TIMM, Luciano. **Arbitragem nos contratos empresariais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.
- URY, William. **Supere o não: negociando com pessoas difíceis.** 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- URY, William. **O poder do não positivo.** São Paulo: Elsevier, 2007.
- VILELA, Marcelo Dias Gonçalves. **Arbitragem no direito societário.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.
- WARAT, Luis Alberto. **Surfando na Pororoca: o ofício do Mediador.** Vol. III. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.
- ZHAO, J. The Chinese Approach to International Business Negotiation. **Journal of Business Communication** [serial on-line]. jul, 2000; 37 (3): 209-237. Disponível em <http://www.businesscommunication.org/jbc>

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Insolvência e Recuperação Empresarial

Ano/Semestre: 2021/2

Carga horária total: 30 horas/aula

Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121798

Professora: Dra. Laís Machado Lucas.

EMENTA

Análise dos institutos da falência e da recuperação judicial e extrajudicial empresarial, tanto no âmbito nacional quanto internacional e seus efeitos na gestão empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Motivações da insolvência empresarial
- Recuperação judicial
- Recuperação extrajudicial
- Administração da recuperação e da falência
- Efeitos da decretação da quebra
- Responsabilidade pela crise empresarial
- Insolvência transnacional
- Insolvência de micro e pequenos empresários
- Repercussões tributárias na Lei 11.101/2005
- Temas especiais de direito da insolvência

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

PLANO DE ATIVIDADES

Sugestões de Temas para os Seminários:

1. Legitimidade ativa
2. Mediação e Conciliação
3. Constatação Prévia
4. Recuperação de Grupos - Consolidação Processual e Substancial
5. Plano de Recuperação Judicial, plano dos credores, assembleia de credores
6. Recuperação extrajudicial
7. Falência
8. Falência de Empresas sem Ativos Tangíveis

9. Alterações nas relações do credor com o Fisco
10. Insolvência transnacional

Orientações gerais para os seminários:

- Utilização de recursos de mídia;
- Mínimo de 03 referências bibliográficas;
- Todos os integrantes do grupo devem falar;
- Organizar o seminário como se fosse uma aula;
- A avaliação será pela capacidade didática e o conteúdo apresentado;
- Recomendável a ilustração do tema com casos e a indicação do posicionamento jurisprudencial dominante, quando possível.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. **Lei de recuperação de empresas e falências**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

CAMPINHO, Sérgio. **Falência e recuperação de empresa: o novo regime da insolvência empresarial**. 6. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

MAMEDE, Gladston. **Falência e recuperação de empresas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COSTA, Daniel Carnio; MELO, Alexandre Nasser de. **Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência**. Curitiba: Juruá, 2021.

COELHO, Fabio Ulhoa. **Comentários à Lei de falências e de Recuperação de Empresas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

FONSECA, Geraldo. **Reforma da Lei de Recuperação Judicial e Falência: Comentada e Comparada**. São Paulo: Forense, 2021.

SACRAMONE, Marcelo. **Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência**. São Paulo: Saraiva, 2021.

TOMAZETTE, Marlon. **Comentários à Reforma da Lei de Recuperação de Empresas e Falências**. São Paulo: Foco, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AYOUB, Luiz Roberto; CAVALLI, Cássio. **A construção jurisprudencial da recuperação judicial de empresas**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FRANCO, Vera Helena de Mello; SZTAJN, Rachel. **Falência e recuperação da empresa em crise**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

IMHOF, Cristiano. **Lei de falências e de recuperação de empresas e sua interpretação jurisprudencial**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

LOCATELLI, Fernando. International trade and insolvency law. Is the UNCITRAL model law on cross-border insolvency an answer for Brazil? (an economic analysis of its benefits on international trade). **Revista do Ministério Público do RS**, Porto Alegre, n. 63, 2009.

SOUZA JÚNIOR, Francisco Satiro de; PITOMBO, Antônio Sérgio A. de Moraes. **Comentários à lei de**

recuperação de empresas e falência. 2. ed. São Paulo: RT, 2007.

SPINELLI, Luís Felipe; TELLECHEA, Rodrigo; SCALZILLI, João Pedro. **Recuperação de empresas e falência:** teoria e prática na Lei 11.101/2005. São Paulo: Almedina, 2016.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Metodologia para a Análise e Resolução de Casos

Ano/Semestre: 2021/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112152

Professor: Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

Paradigmas de Pesquisa em Direito; Projetos de Pesquisa (Estrutura, processo de desenvolvimento e critérios de qualidade); Métodos de Pesquisa: A pesquisa experimental, a pesquisa Survey, o Estudo de Caso, a Pesquisa-Ação, a Etnografia, Legal analysis and writing: how to read and brief a case and how to draft a memorandum (a experiência americana); Técnicas de coleta de dados; Técnicas de análise de dados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Pesquisa jurídica e suas características aplicadas ao Mestrado Profissional; etapas da construção de projeto de pesquisa; modelos e estruturas de Trabalho de Conclusão; metodologia da pesquisa jurídica, com ênfase na pesquisa empírica; estruturação e escrita de textos a partir da experiência jurídica americana.

AVALIAÇÃO

Participação qualificada nas aulas; apresentação de seminário e entrega de relatório de leituras e a elaboração do Projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa empírica em direito:** as regras de inferência. Tradução de Fábio Morosini. São Paulo: Direito GV, 2013.
- EPSTEIN, Lee; MARTIN, Andrew D. **An introduction to empirical legal research.** Oxford: Oxford University Press, 2014.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca; NINÁCIO, Camila Silva. **(Re)pensando a pesquisa jurídica:** teoria e prática. 5. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Almedina, 2020.
- HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto. **Metodologia de Pesquisa.** 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- MACHADO, Maíra Rocha (org.). **Pesquisar empiricamente o direito.** São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.
- NUNES, Dierle; DUARTE, Fernanda Amaral. Jurimetria e tecnologia: diálogos essenciais com o Direito Processual. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 299, p. 407-450, jan. 2020.

PARGENDLER, Marlana; SALAMA, Bruno Meyerhof. Direito e consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 262, p. 95-144, jan./abr. 2013.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (coord.). **Metodologia da pesquisa em Direito: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WELLFORD, Robin S. **Legal analysis and writing**. [S. l.]: Lexis-Nexis Electronic Authors, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABERNATHY, Charles F. **Law in the United States**. New York: Thomson West, 2006 (American Casebook Series).

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BOOTH, Wayne C. *et al.* **The craft of research**. 4th ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2016.

BROWN, Tim. **Design thinking: uma metodologia ponderosa para decretar o fim das velhas ideias**. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Thousand Oaks: Sage Publication, 2003.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 64-89.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, María del Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa jurídica: técnicas de investigação, argumentação e redação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 14. ed. Tradução de Maria D. Alexandre; Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SACHS, Stephen E. Finding law. **Califórnia Law Review**, S.1, v. 107, p. 527-582, 2019.

SCHWAB, D. P. A model of empirical research. *In*: SCHWAB, D. P. **Research methods for organizational studies**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1999. p. 13-28.

SIEMS, Mathias M.; SÍTHIGH, Daithí mac. Mapping Legal Research. **The Cambridge Law Journal**, [s. l.], v. 71, p. 651-676, 2012.

VAN HOECKE, Mark. **Methodologies of legal research: which kind of method for what kind of discipline?** Oxford: Hart Publishing, 2013.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZABALA, Filipe Jaeger; SILVEIRA, Fabiano Feijó. Jurimetria: estatística aplicada ao Direito. **Revista Direito e Liberdade**, v. 16, n. 1, p. 87-103, jan./abr. 2014.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Novas Tecnologias e Direito

Semestre: 2021/2

Carga horária: 15 - Créditos: 1

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112154

Professor: Wilson Engelmann

EMENTA

Sociedade, Direito, ciência e tecnologia, em busca de novos referenciais. Novos paradigmas do Direito e a superação do modelo linear, hierárquico, piramidal, positivista. Regulação, regulamentação, autorregulação e normas técnicas: esclarecendo conceitos. ISO e outros organismos internacionais de normalização. Os diferentes tipos de normas privadas e seu impacto no comércio internacional. Autorregulação e Responsabilidade Social das empresas no desenvolvimento de novas tecnologias. Autorregulação regulada. Nanotecnologia e Autorregulação. Autorregulação e o direito à informação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (conhecimentos)

- As relações contemporâneas entre o Direito e as Novas Tecnologias.
- Desafios jurídicos trazidos pelas nanotecnologias no cenário de ausência regulatória estatal.
- O diálogo entre as fontes do Direito e as questões atinentes à Regulação, regulamentação, autorregulação.
- O direito à informação e os desafios à gestão empresarial dos riscos das nanotecnologias.
- A caracterização jurídica das normas da ISO e da OCDE.
- A responsabilidade social das empresas no desenvolvimento de novas tecnologias: o *framework* de John Gerard Ruggie e os Direitos Humanos.

AVALIAÇÃO

- Participação qualificada nas aulas, evidenciando a leitura dos textos previamente indicados para cada encontro;
- Elaboração e apresentação de seminário;
- Relatório de leitura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERIAIN, Jostxo (comp.). **Las consecuencias perversas de la modernidade**: modernidade, contingencia y riesgo. 3. ed. Barcelona: Anthropos Editorial, 2011.

BROWNSWORD, Roger. Technological management and the Rule of Law. **Law, innovation and technology**, S.1, v. 8, n. 1, p. 100-140, 2016.

CORTEZ, Nathan. Regulating disruptive innovation. **Berkeley Technology Law Journal**, Berkeley, v. 29, n. 1, p. 175-228, Spring 2014.

ENGELMANN, Wilson. As nanotecnologias como um exemplo de inovação e os reflexos jurídicos no cenário da pesquisa e inovação responsáveis (*responsible research and innovation*) e das implicações éticas, legais e sociais (*ethical, legal and social implications*). In: STRECK, Lenio Luiz; ROCHA, Leonel Severo; ENGELMANN, Wilson. **Constituição, sistemas sociais e hermenêutica**: anuário do Programa de Pós-Graduação em Direito da Unisinos, n. 12: mestrado e doutorado. Porto Alegre: Livraria do Advogado; São Leopoldo: Unisinos, 2016. p. 227-247.

HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. Direito, tecnologia e inovação. In: MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; COELHO, Alexandre Zavaglia P. **Direito, inovação e tecnologia**. São Paulo: Saraiva, 2015. v. 1, p. 11-32.

LEAL, Fernando. Seis objeções ao direito civil constitucional. **Direitos Fundamentais & Justiça**, [s. l.], ano 9, n. 33, p. 123-165, out./dez. 2015.

LUHMANN, Niklas. **Organización y decisión**. México: Universidad Iberoamericana; [S. l.]: Herder, 2010.

OWEN, David. **The Conundrum**: how scientific innovation, increased efficiency, and good intentions can make our energy and climate problems worse. New York: Penguin Group, 2011.

SANDLER, Ronald L. (ed.). **Ethics and emerging technologies**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

SUPIOT, Alain; DELMAS-MARTY, Mireille. **Prendre la responsabilité au sérieux**. Paris: Presses Universitaires de France, 2015.

TEUBNER, Gunther. Direitos Fundamentais transnacionais: eficácia horizontal. In: TEUBNER, Gunther. **Fragmentos constitucionais**: constitucionalismo social na globalização. Coordenação de Marcelo Neves et al. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 225-265.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BANNWART JÚNIOR, Clodomiro José; BANNWART, Michele Christiane de Souza. Aspectos normativos da responsabilidade social na cultura empresarial. In: BANNWART JÚNIOR, Clodomiro José; FERES, Marcos Vinício Chein; KEMPFER, Marlene (org.). **Direito e inovação**: estudos críticos sobre Estado, Empresa e Sociedade. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013. p. 109-129.

BAPTISTA, Patrícia; KELLER, Clara Iglesias. Por que, quando e até onde regular as novas tecnologias? Entre inovação e preservação, os desafios trazidos pelas inovações disruptivas. In: FREITAS, Rafael Vêras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FEIGELSON, Bruno (coord.). **Regulação e novas tecnologias**. Belo Horizonte: Fórum, 2017. p. 121-150.

BECKER, Daniel; FERRARI, Isabela. **Regulação 4.0**: novas tecnologias sob a perspectiva regulatória. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

DARNACULLETA I GARDELLA, Maria Mercè; ESTEVE PARDO, José; SPIECKER gen. DÖHMANN, Indra (ed.). **Estrategias del derecho ante la incertidumbre y la globalización**. Madrid: Marcial Pons, 2015.

DÍEZ, Carlos Gómez-Jara. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica e o dano ambiental**: a aplicação do modelo construtivista de autorresponsabilidade à Lei 9.605/98. Tradução de Cristina Reindolff da Motta. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

ENGELMANN, Wilson. O Direito em face das nanotecnologias: novos desafios para a teoria jurídica no século XXI. In: WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato (org.). **Os “novos” direitos no Brasil**: natureza e perspectivas: uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 435-461.

FEIGELSON, Bruno; BECKER, Daniel; RAVAGNANI, Giovanni (coord.). **O advogado do amanhã**: estudos em homenagem ao Professor Richard Susskind. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. **Teoria geral do direito digital**: transformação digital: desafios para o Direito. Tradução Italo Fuhrmann. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

LANDA, Juan Pablo (ed.). **Flexibilidad interna e innovación en la empresa**. Madrid: Dykinson; Oñati: Instituto Internacional de Sociología Jurídica de Oñati, 2013.

LANDEWEERD, Laurens *et al.* Reflections on different governance styles in regulating science: a contribution to 'Responsible Research and Innovation'. **Life Sciences, Society and Policy**, New York, v. 11, n. 8, p. 1-22, Aug. 2015.

MATEO BORGE, Iván. La robótica y la inteligencia artificial en la prestación de servicios jurídicos. *In*: NAVAS NAVARRO, Susana (dir.). **Inteligencia artificial, tecnología, derecho**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2017. p. 123-150.

VAN DE OST, François; KERCHOVE, Michel. **De la pyramide au réseau?** Pour une théorie dialectique du droit. Bruxelles: Facultes Universitaires Saint-Louis, 2010.

STEELE, Jenny. **Risks and legal theory**. Oxford: Hart Publishing, 2004.

TRICKER, Bob. **Corporate Governance**: principles, policies, and practices. 3th ed. Oxford: Oxford University Press, 2015.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Processo Previdenciário na Prática Empresarial

Ano/Semestre: 2021/2.

Nível: Mestrado

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121807

Professor: Cristiano Colombo

EMENTA

Princípios do Processo Previdenciário. Início do Processo Previdenciário. Fase Instrutória do Processo Previdenciário. Fase Decisória do Processo Previdenciário. Recursos Administrativos. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Embargos de Declaração e Erro Material. Reclamação ao Conselho Pleno. Uniformização de Jurisprudência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Diálogos entre Previdência e Prática Processual no Mundo Empresarial. Custeio e Benefício. As Leis 8.212/91 e 8.213/91. Processo Previdenciário como elemento no contexto de tomada de decisão. Advocacia Empresarial Previdenciária. Seguridade Social. Previdência aplicada à prática empresarial. Princípios Previdenciários. Princípio do Prévio Custeio. Princípio da Diversidade da Base de Cálculo do Financiamento. Processo e Previdência. Contribuições da Seguridade Social. Contribuições Previdenciárias. Tópicos sobre Procedimento Administrativo e Processo Judicial. Execução. Lei de Execução Fiscal sob o nº 6.038/80. Meios de defesa. Embargos à execução. Exceção de pré-executividade. Recursos. Ações antiexacionais.

Contribuições para Seguridade Social. Contribuições previdenciárias. Prescrição. Decadência. Teses. Reforma previdenciária e reflexos no mundo empresarial. O empresário enquanto segurado. Impactos das mudanças dos benefícios previdenciários. Procedimento Administrativo. Procedimento Judicial. Estabilidades. Direito do Trabalho e Reflexos Previdenciários. Princípios do Processo Previdenciário. Acidente de Trabalho. Aposentadoria por incapacidade permanente. Auxílio-doença acidentária. Ações Regressivas Previdenciárias. A sentença trabalhista e seus reflexos na Previdência. Impactos no Benefícios Previdenciário. Aposentadoria Especial. Novas profissões. Teletrabalho. Uberização. A figura do segurado e a proteção previdenciária. Lei Geral de Proteção de Dados: diálogo entre direito empresarial, do trabalho e previdenciário.

OBJETIVOS

- a) Compreender a sistemática processual previdenciária no contexto das demandas contemporâneas;
- b) Estudar todas as fases do processo previdenciário e suas implicações no cotidiano empresarial;

c) Refletir sobre os efeitos da sentença trabalhista no processo previdenciário.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGOSTINHO, Theodoro Vicente; ALCÂNTARA, Marcelino Alves de; NOVAIS, Marco Dulgherof. **Advocacia empresarial previdenciária**: análise teórica e prática sobre a (não) incidência de contribuição previdenciária. São Paulo: LTr, 2018.

BALERA, Wagner. **Sistema de seguridade social**. São Paulo: Ltr, 2016.

BALERA, Wagner. **Reforma da previdência**. São Paulo: Thompson Reuters, 2020.

BALERA, Wagner; FERNANDES, Thiago D'Avila Fernandes. **Fundamentos da seguridade social**. São Paulo: Ltr, 2015.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; KRAVCHYCHYN, Gisele Lemos; KRAVCHYCHYN, Jefferson Luis; LAZZARI, João Batista; **Prática processual previdenciária**: administrativa e judicial. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019.

DUARTE, Marina Vasques. **Direito previdenciário**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2018.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de direito da seguridade social**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

GOES, Hugo. **Manual de direito previdenciário**: teoria e questões. Rio de Janeiro: Ferreira, 2019.

HORVARTH JÚNIOR, Miguel. **Direito previdenciário**. São Paulo: Quartier Latin, 2018.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. Niterói: Impetus, 2019.

MARTINEZ, Wladimir Novaes; SANTOS, Taís Rodrigues dos Santos. **Revisão dos benefícios previdenciários em prol do melhor benefício**. São Paulo: Ltr, 2018.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Prática previdenciária**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MELO, José Eduardo Soares de. **Contribuições sociais no sistema tributário**. São Paulo: Melhoramentos,

2018.

ROCHA, Daniel Machado da. **Comentários à reforma da previdência**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

ROCHA, Daniel Machado da. **Comentários à lei de benefícios da previdência social**. São Paulo: Atlas, 2020.

SAVARIS, José Antonio. **Direito processual previdenciário**. Curitiba: Alteridade, 2019.

SAVARIS, José Antonio; ROCHA, Daniel Machado. **Fundamentos de interpretação e aplicação**. Curitiba: Alteridade, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALENCAR, Hermes Arrais. **Cálculo de benefícios previdenciários**. São Paulo, Saraiva Educação, 2019.

ALENCAR, Hermes Arrais. **Reforma da previdência: EC 103/2019**. São Paulo: Editora Foco, 2020.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. São Paulo: Melhoramentos, 2019.

MARTINEZ, Luciano. **Reforma da previdência**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

RIBEIRO, Juliana de Oliveira Xavier. **Direito previdenciário em esquemas**. São Paulo: Quartier Latin, 2019.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Temas de Direito Societário

Ano/Semestre: 2021/2

Carga horária total: 30 horas/aula

Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121799

Professores: Lais Machado Lucas e Fabiano Koff Coulon

EMENTA

Analisa a origem dos seus institutos típicos do direito societário e sua conformação no atual direito de empresa, a partir do entendimento do fenômeno empresarial em suas mais variadas dimensões, em especial jurídica, econômica e seus impactos sociais. Trabalha com as variedades dos tipos societários relacionando-os com as especificidades dos interesses empresariais, atentando para as soluções normativas nacionais e também internacionais, em perspectiva de direito comparado, sem perder de vista as funcionalidades do direito de empresa em um contexto de internacionalização cada vez mais relevante e de impacto exponencial de novas tecnologias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Direito Empresarial: noções gerais, histórico e fontes;
- Teoria da empresa e do estabelecimento empresarial;
- O empresário individual. As sociedades empresárias e simples;
- Sociedades limitadas, sociedades anônimas e outras formas legais;
- Transformação, incorporação, fusão e cisão;
- Dissolução, liquidação e extinção das sociedades.
- Sociedades controladoras e controladas.
- Poder de controle. Alienação e transferência de controle societário. Acionistas controladores. Bloco de controle.
- Acionistas minoritários e sua tutela jurídica.
- A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Bolsa de Valores, BACEN, e demais órgãos e entidades relevantes.
- Responsabilidade dos administradores, controladores, sócios, acionistas e terceiros.
- Direito societário e processo.
- Atos societários e outros instrumentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ASCARELLI, Túlio. **Problemas das sociedades anônimas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1969.
- BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 11. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- CAMPINHO, Sérgio. **O Direito de empresa à luz do novo Código Civil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.
- CARVALHOSA, Modesto de. **Comentários à lei de sociedades anônimas**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- COMPARATO, Fábio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto. **O poder de controle na sociedade anônima**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial: empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades comerciais, fundo de comércio**. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- PEDREIRA, José Luiz Bulhões; LAMY FILHO, Alfredo (coord.). **Direito das companhias**. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2009. 2v.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BARBI FILHO, Celso. **Acordo de acionistas**. São Paulo: Saraiva, 1993.
- BERLE, Adolf A.; MEANS, Gardiner C. **The modern corporation and private property**. 9th ed. New Brunswick: Transaction Publishers, 2007.
- COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial: direito de empresa**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes; VON ADAMEK, Marcelo Vieira. **Affectio societatis: um conceito jurídico superado no moderno direito societário pelo conceito de fim social**. In: FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes; VON ADAMEK, Marcelo Vieira. **Direito societário contemporâneo I**. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2009.
- FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes. **Conflito de interesses nas assembleias de S.A.** São Paulo: Editora Malheiros, 1993.
- FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes. **Invalidade das deliberações de assembleia das S.A.** São Paulo: Editora Malheiros. 1999.
- FRANCO, Vera Helena de Mello; SZTAJN, R. **Direito Empresarial**. (Sociedade anônima Mercado de valores mobiliários). 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. 2v.
- HOPT, Klaus J. Deveres legais e conduta ética de membros do conselho de administração e de profissionais. Tradução de Erasmo Valladão A. e N. França e Mauro Moisés Kertzer. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**. São Paulo, n. 144, p. 107-119, out./dez. 2006.
- KRAAKMAN, Reinier *et al.* **The anatomy of corporate law: a comparative and functional approach**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- LIMA, Osmar Brina Corrêa. **A reforma da Lei das Sociedades Anônimas**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
- MUNHOZ, Eduardo Secchi. **Empresa contemporânea e direito Societário: poder de controle e grupos de**

sociedade. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

PEDREIRA, José Luiz Bulhões; LAMY FILHO, Alfredo. **A lei das S.A.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Renovar. 1997. 2v.

PENTEADO, Mauro Rodrigues. **Aumento de capital nas sociedades anônimas.** São Paulo. Editora Saraiva. 1998.

TEIXEIRA, Egberto Laceda; GUERREIRO, José Alexandre Tavares. **Das Sociedades anônimas no direito brasileiro.** 1. ed. São Paulo: Editora Bushatsky, 1979. 2v.

VON ADAMEK, Marcelo Vieira. **Responsabilidade civil dos administradores de S/A (e as ações correlatas).** São Paulo: Saraiva, 2009.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Tópicos Especiais I – Arbitragem Internacional

Semestre: 2021/2

Carga horária: 15h/a Créditos: 1

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112169_T01

Professor: Wilson Engelmann e Francesco Zappalà Sasto

EMENTA

Estudo da evolução da arbitragem, suas características em um cenário nacional e a sua projeção atual para o contexto internacional, como forma de resolução contemporânea de resolução de conflitos. O estudo das fontes da arbitragem internacional, a caracterização da ordem pública e a arbitrabilidade. O papel da *Lex Arbitri* e o papel da chamada deslocalização da arbitragem internacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- História e conceituação da arbitragem internacional
- Fontes da arbitragem internacional
- Ordem pública e arbitrabilidade
- "Lex Arbitri"
- Deslocalização da arbitragem internacional

AVALIAÇÃO

Participação qualificada nas aulas e entrega de relatório de leituras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNÁNDEZ ROZAS, J. C. El arbitraje comercial internacional entre la autonomía, la anacionalidad y la deslocalización". **Revista Española de Derecho Internacional**, [s. l.], v. 58, p. 605-637, 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Tópicos Especiais I - Consultoria em Gestão

Ano/Semestre: 2021/2

Carga horária total: 15

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito e Administração

Código da disciplina: 112169_T08

Professor: Silvio Bitencourt da Silva

EMENTA

Fornecer uma estrutura para a compreensão da consultoria em gestão e posterior aplicação das teorias e princípios do curso para fornecer serviços de consultoria aos setores público, setor privado e consultoria interna em áreas como a gestão geral e estratégica, tecnologia da informação, gestão financeira, marketing e distribuição, e-business, gestão de operações, gestão de recursos humanos, gestão do conhecimento, produtividade e gestão de desempenho, gestão da qualidade total, transformação da empresa, sustentabilidade, design estratégico, tecnologia, inovação, legal e transformação digital.

PLANO DE ENSINO

Aula 01 - Origens e desenvolvimento da consultoria em gestão como carreira e como objeto de pesquisa;

Aula 02 - Processo de consultoria em gestão;

Aula 03 - Consultoria em gestão como um negócio baseado em conhecimento;

Aula 04 - A perspectiva do cliente de consultoria em gestão;

Aula 05 - Serviços de consultoria em gestão.

Forma de Apuração dos Conceitos

Participação em Aula 40% Discussão dos

Textos 30%

Desenvolvimento de Estudos de Caso 30%

Instruções para leitura, apresentação e discussão dos textos: A cada aula haverá textos relacionadas ao tema. A leitura desses textos e referências é obrigatória para todos os alunos, que serão convidados, no decorrer da aula, para apresentar uma apreciação crítica oral, articulando os diversos pontos de vista dos textos e referências indicadas.

Desenvolvimento de Casos para Estudo: Serão designados grupos para desenvolver casos para estudo sobre consultoria em gestão em diferentes áreas de atuação. Os casos para estudo serão definidos no último dia de aula. Os casos para estudo deverão estimular o questionamento, o esclarecimento de dúvidas e o debate de ideias sobre serviços de consultoria em gestão.

BIBLIOGRAFIA BASICA

- APPELBAUM, Steven H.; STEED, Anthony J. The critical success factors in the client- consulting relationship. **Journal of management development**, 2005.
- BEN-GAL, Hila Chalutz; TZAFRIR, Shay S. Consultant-client relationship: one of the secrets to effective organizational change?. **Journal of Organizational Change Management**, 2011.
- BOURKE, Jane; ROPER, Stephen; LOVE, James H. Innovation in legal services: The practices that influence ideation and codification activities. **Journal of Business Research**, v. 109, p. 132-147, 2020.
- BOUWMEESTER, O.; STIEKEMA, J. The paradoxical image of consultant expertise: a rhetorical deconstruction. **Management Decision**, s. /, v. 53, n. 10, p. 2433-2456, 2015.
- BOUWMEESTER, Onno; HEUSINKVELD, Stefan; TJEMKES, Brian. Intermediaries in the relevance-gap debate: A systematic review of consulting roles. **International Journal of Management Reviews**, 2021.
- BRONNENMAYER, M.; WIRTZ, B. W.; GÖTTEL, V. Success factors of management consulting. **Review of Managerial Science**, s. /, v. 10, n. 1, p. 1-34, 2016
- BRONNENMAYER, Matias; WIRTZ, Bernd W.; GÖTTEL, Vincent. Determinants of perceived success in management consulting: An empirical investigation from the consultant perspective. **Management Research Review**, 2016.
- CERRUTI, Corrado; TAVOLETTI, Ernesto; GRIECO, Cecilia. Management consulting: a review of fifty years of scholarly research. **Management Research Review**, 2019, s. / v. 2019, vol. 42, ed 8, 902-925; março. 2019.
- COLLINS, D. Constituting best practice in management consulting. **Culture and Organization**, s. /, v. 22, n. 5, p. 409-429, 2016.
- CREPLET, Frédéric et al. Consultants and experts in management consulting firms. **Research policy**, v. 30, n. 9, p. 1517-1535, 2001.
- EL DINE, Noha A. Alaa; TAHER, Ahmed. Knowledge Transfer and Management Consulting: The Effect of Consultant and Client Characteristics. **Management**, v. 8, n. 3, p. 215-231, 2020.
- ENGWALL, L.; KIPPING, M. Management consulting: dynamics, debates, and directions. **International journal of strategic communication**, s. /, v. 7, n. 2, p. 84-98, 2013.
- GABLE, Guy. Editorial preface: Consultants and knowledge management. **Journal of Global Information Management**, v. 11, n. 3, p. 1, 2003.
- HONGDAO, Qian et al. Legal technologies in action: The future of the legal market in light of disruptive innovations. **Sustainability**, v. 11, n. 4, p. 1015, 2019.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). **Guidelines for management consultancy services 20700:2017**. Geneva: ISO, 2017. Disponível em: www.iso.org/obp/ui/#iso:std:iso:20700:ed-1:v1:en. Acesso em: 01 maio 2019.
- KESNER, I. F.; FOWLER, S. When consultants and clients clash. **Harvard Business Review**, s. /, v. 75, n. 6, p. 22-34, 1997.
- KIRKPATRICK, I.; MUZIO, D.; ACKROYD, S. Professions and professionalism in management consulting. **Oxford handbook of management consulting**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 187-206.
- MENKEL-MEADOW, Carrie Joan. Too many lawyers? Or should lawyers be doing other things?. **International Journal of the Legal Profession**, v. 19, n. 2-3, p. 147-173, 2012.
- MICHALAKOPOULOU, Kalliopi et al. Barriers and opportunities to innovation for legal service firms: a

- thematic analysis-based contextualization. **Production Planning & Control**, p. 1-19, 2021.
- MOSONYI, Szilvia; EMPSON, Laura; GOND, Jean-Pascal. Management consulting: Towards an integrative framework of knowledge, identity, and power. **International Journal of Management Reviews**, v. 22, n. 2, p. 120-149, 2020.
- REDEKOP, Benjamin W.; HEATH, Brian L. A brief examination of the nature, contexts, and causes of unethical consultant behaviors. **Journal of Practical Consulting**, v. 1, n. 2, p. 40-50, 2007.
- ROSEN, Robert Eli. We're all consultants now: How changes in client organizational strategies influences change in the organization of corporate legal services. **Ariz. L. Rev.**, v. 44, p. 637, 2002.
- SHAPIRO, E. C.; ECCLES, R. G.; SOSKE Management consulting: a review of fifty years of scholarly research, T. L. Consulting: has the solution become part of the problem?. **MIT Sloan Management Review**, s. l., v. 34, n. 4, p. 89, 1993.
- SUSSKIND, Richard E. **Tomorrow's lawyers: An introduction to your future**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- TAMINIAU, Y.; SMIT, W.; DE LANGE, A. Innovation in management consulting firms through informal knowledge sharing. **Journal of knowledge management**, s. l., v. 13, n. 1, p. 42-55, 2009.
- TAVOLETTI, Ernesto et al. Business model innovation and digital transformation in global management consulting firms. **European Journal of Innovation Management**, 2021.
- WEISS, Alan. **Million dollar consulting: the professional's guide to growing a practice**. McGraw-Hill, 1992.
- WEISS, Alan. What constitutes an effective internal consultant. **Organization Development—A Jossey-Bass Reader John Wiley & Sons: San Francisco**, p. 470- 484, 2006.
- WERR, A. Knowledge Management And Management Consulting. **The Oxford handbook of management consulting**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 247- 266.
- WERR, A.; STJERNBERG, T.. Exploring management consulting firms as knowledge systems. **Organization studies**, s. l., v. 24, n. 6, p. 881-908, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ABOUZEEDAN, A.; KLOFSTEN, M.; HEDNER, T. Internetization management as a facilitator for managing innovation in high-technology smaller firms. **Global Business Review**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 121-136, 2013.
- ABRAHAMSON, E. Management fashion. **Academy of management review**, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 254-285, 1996.
- ADAMS, S. M.; FLYNN, P. M. Actionable knowledge: consulting to promote women on boards. **Journal of Organizational Change Management**, [s. l.], v. 18, n. 5, p. 435-450, 2005.
- ARMBRÜSTER, T. **The economics and sociology of management consulting**. [S. l.]: Cambridge University Press, 2006.
- BLOCK, P. **Flawless consulting: a guide to getting your expertise used**. [S. l.]: John Wiley & Sons, 2011.
- BRUHN, M.; KARLAN, D.; SCHOAR, A. The impact of consulting services on small and medium enterprises: evidence from a randomized trial in Mexico. **Journal of Political Economy**, [s. l.], v. 126, n. 2, p. 635-687, 2018.
- CANATO, A.; GIANGRECO, A. Gurus or wizards? A review of the role of management consultants. **European Management Review**, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 231-244, 2011.
- CLARK, J. M *et al.*; QUAIST, L. N.; JANG, S.; WOHKITTEL, J.; CENTER, B.; EDWARDS, K.; BOVORNUSVAKOOL, W. GLOBE study culture clusters: can they be found in importance ratings of

managerial competencies? **European Journal of Training and Development**, [s. l.], v. 40, n. 7, p. 534-553, 2016.

GABLE, Julie. Eight tips for working with a consultant: top consultants offer suggestions for identifying, hiring, and working with consultants to produce a successful experience and end result for all involved. **Information Management**, [s. l.], v. 41, n. 4, p. 42-48, 2007.

HAAS, M. R.; HANSEN, M. T. When using knowledge can hurt performance: the value of organizational capabilities in a management consulting company. **Strategic management journal**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 1-24, 2005.

KIPPING, M.; KIRKPATRICK, I. Alternative pathways of change in professional services firms: the case of management consulting. **Journal of Management Studies**, [s. l.], v. 50, n. 5, p. 777-807, 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Tópicos Especiais I - Empreendedorismo e Inovação

Ano/Semestre: 2021/2

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112169_T09

Professor: Silvio Bittencourt da Silva

EMENTA

Empreender como uma decisão de realização. Conceitos e tipologias do empreendedorismo. Os Processos de empreendedorismo. As competências empreendedoras. Empreendedorismo como uma opção de carreira. Modelagem de negócios.

Forma de Apuração dos Conceitos

Participação em aula: 20%

Leitura, apresentação e discussão dos textos: 30%

Desenho do Modelo de Negócios: 30%

Instruções para leitura, apresentação e discussão dos textos e legislação aplicável: A cada aula haverá textos referências legais e/ou normativas relacionadas ao tema. A leitura desses textos e referências é obrigatória para todos os alunos, que serão convidados, no decorrer da aula, para apresentar uma apreciação crítica oral, articulando os diversos pontos de vista dos textos e referências indicadas. A cada aula serão designados alunos para preparar uma apresentação para os colegas sobre os respectivos textos e/ou referências da aula. A apresentação deverá estimular o questionamento, o esclarecimento de dúvidas e o debate de ideias. A apresentação deverá ser planejada de forma a ocupar entre 60 - 90 minutos. Adicionalmente, ao final da disciplina os alunos apresentarão os resultados da construção de aplicações (desenho de um modelo de negócios) em contextos do seu cotidiano empreendedor.

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, Tigre Paulo; MAIA, Pinheiro Alessandro. **Inovação em serviços e a economia do compartilhamento**. [S. l.]: Saraiva Educação SA, 2019.

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Bookman Editora, 2009.

BLAND, David J.; OSTERWALDER, Alexander. **Testing business ideas: a field guide for rapid experimentation**. John Wiley & Sons, 2019.

CHRISTENSEN, Clayton. **Muito além da sorte: processos inovadores para entender o que os clientes querem**. Bookman Editora, 2018.

DRUCKER, Peter F. **The theory of the business**. [S. l.]: Harvard Business Press, 2017. (Harvard Business Review Classics).

DRUKER, Peter F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios**. São Paulo:

Pioneira, 1987.

JOHNSON, Mark W.; CHRISTENSEN, Clayton M.; KAGERMANN, Henning. Reinventing your business model. **Harvard business review**, [s. l.], v. 86, n. 12, p. 57-68, 2008.

JOHNSON, Steven; BORGES, Maria Luiza X. de A. **De onde vem as boas ideias**. Zahar, 2011.

MUEHLHAUSEN, Jim. **Business models for dummies**. [S. l.]: John Wiley & Sons, 2013.

VAN DER PIJL, Patrick; LOKITZ, Justin; SOLOMON, Lisa Kay. **Design a better business: new tools, skills, and mindset for strategy and innovation**. [S. l.]: John Wiley & Sons, 2016.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Tópicos Especiais II - Escrita Acadêmica Ano/Semestre: 2021/2

Carga horária: 30h/a

Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112170_T08

Professor: Rove Luiza de Oliveira Chishman

EMENTA

O seminário tem como objetivo discutir as principais características da escrita acadêmica, enfocando estratégias de aprimoramento de recursos linguísticos para a redação de textos acadêmicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A escrita de textos acadêmicos e suas características formais

Os gêneros acadêmicos

O artigo acadêmico e suas características estruturais e linguísticas O
resumo acadêmico

A resenha

A dissertação

Paráfrase e formas de citação

Problemas de construção frasal

Pontuação

OBJETIVOS

- Desenvolver capacidades e habilidades de leitura e escrita acadêmica nos principais gêneros;
- Aprimorar a escrita acadêmica nos principais gêneros acadêmicos com base no estudo de elementos linguísticos
- Ter ciência dos principais recursos linguísticos que contribuem para a organização e progressão do texto acadêmico.

METODOLOGIA

Aulas expositivas enfocando aspectos da linguagem científica, com especial atenção às produções em forma de artigo científico desenvolvidas na área de conhecimento dos alunos que integram a disciplina. Exercícios de escrita, revisão e reescrita de textos acadêmicos, com vistas ao aprimoramento textual e adequação ao gênero.

AVALIAÇÃO

Avaliação contínua, privilegiando a participação dos alunos por meio de discussões em sala de aula e apresentação de suas produções escritas (30% da nota), além da entrega de um trabalho final, que consiste em um trecho de um artigo científico (70%).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2011.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed/UFMG, 1999.
- MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. José Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- WRAY, A. *et al.*; BUTLER, C.; BLOOMER, A.; TROTT, K.; REAY, S. **Projects in linguistics: a practical guide to researching language**. Oxford: Oxford University Press, 1998.